The title of the report, "Relatório Anual de Informações 2025", displayed in white text on a teal and yellow gradient background. The year "2025" is significantly larger and more prominent than the rest of the text.

Relatório Anual
de Informações **2025**

www.previrb.com.br

Sumário

Para acessar cada seção do relatório, clique nos números abaixo.

- 1.** Introdução
- 2.** Investimentos
- 3.** Benefícios
- 4.** Administração
- 5.** Anexos
- 6.** Glossário



Sumário



CAPÍTULO 1

Introdução

Mensagem da Diretoria - 04

Principais Números e Indicadores - 06

Governança Corporativa e Administração - 09

Governança - 14





Mensagem da Diretoria



A missão da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB) é proteger o futuro de nossos Participantes, tanto na acumulação de patrimônio quanto no pagamento de benefícios. Mas, as iniciativas da Diretoria Executiva vão além da complementação de renda — elas baseiam-se em uma visão estratégica voltada ao cumprimento de compromissos previdenciários, com responsabilidade e transparência.

Muitos são os agentes que nos acompanham ao longo dessa jornada, razão pela qual este momento se mostra especialmente oportuno para o registro de agradecimento a todos os nossos Parceiros, Colaboradores,

Patrocinadores, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos Comitês.

Importante mencionar que, em 2025, houve uma alteração na nossa Diretoria Executiva, conforme previamente noticiado por meio dos canais oficiais de comunicação: em junho, Thiago Gomes do Carmo assumiu o cargo de Superintendente Geral, sucedendo João Bosco Quadros Barros, a quem agradecemos pelos 13 anos de dedicação e relevantes contribuições à PREVIRB. Thiago une esforços aos diretores Marcel Leal da Silva (Diretor Financeiro e de Investimentos) e Leonardo Mariano Baptista (Diretor de Benefícios).



Embora a dinâmica não seja a mesma, considerando especialmente as particularidades de cada exercício, os desafios estarão sempre presentes em nossa atuação. Em 2025, alguns fatores merecem ser destacados.

O cenário econômico brasileiro mostrou-se resiliente. Mesmo com juros elevados e volatilidade global, os fundamentos estáveis permitiram que os Planos da PREVIRB mantivessem uma trajetória sólida de resultados:

- O **Plano Previdencial A** manteve sua consistência e equilíbrio atuarial, com destaque para a distribuição de superávit em curso e o pedido de nova distribuição em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC);
- Já o **Plano Previdencial B** beneficiou-se de ajustes na gestão que potencializaram retornos, com expressiva valorização das cotas do grupo de ativos; e
- Quanto ao **Plano de Gestão Administrativa (PGA)**, a rentabilidade situou-se ligeiramente acima da meta estabelecida.

Para 2026, os desafios incluem a normalização da política monetária e incertezas externas. Contudo, seguimos confiantes em nossa governança e na disciplina de investimentos para fortalecer a solidez dos Planos e proteger o patrimônio dos Participantes.

A Diretoria Executiva permanece motivada a elevar ainda mais o desempenho da Fundação. Neste Relatório Anual de Informações (RAI), apresentamos os principais indicadores e resultados de 2025 nas gestões de investimentos, previdenciária e administrativa.

Agradecemos a confiança de todos os nossos Participantes e desejamos uma excelente leitura.

Atenciosamente,

A Diretoria Executiva

Thiago Gomes do Carmo,
Superintendente Geral

Leonardo Mariano Baptista,
Diretor de Benefícios

Marcel Leal da Silva,
Diretor Financeiro e de Investimentos



Principais Números e Indicadores 2025

Os números e indicadores a seguir apresentam os principais resultados dos Planos Previdenciais da PREVIRB em 2025, permitindo acompanhar o pagamento de benefícios, o número de Participantes, a situação financeira e o desempenho dos investimentos.

R\$ 195,3 milhões

Total de Benefícios e Institutos Pagos



Benefícios e Institutos por Plano

Plano A



Grupo Plano A

R\$ 152,0 milhões

Grupo “Pré-68”

R\$ 18,0 milhões

Plano B

R\$ 25,3 milhões





Participantes

Plano A

Grupo Plano A

1 Ativos **1.275** Assistidos

Grupo "Pré-68"

0 Ativos **115** Assistidos

Plano B

514 Ativos

146 Assistidos



Superávit dos Planos

R\$ 669,56
milhões

Plano
A

Plano
B

R\$ 2,71
milhões

Reserva Especial

2018

Plano A
R\$ 34,87
milhões

2021

Plano A
R\$ 12,6
milhões

2022

Plano A
R\$ 134,01
milhões



Rentabilidade Acumulada no Ano

	Plano A	Plano B
Rentabilidade	11,63%	13,49%
Inflação + Meta Atuarial*	7,81%	7,81%
Índice de Referência (CDI)	-	14,31%

*3,76% a.a. (janeiro a novembro) e
3,79% a.a. (dezembro)



Governança Corporativa e Administração



Composição dos Órgão Estatutários (Em 31/12/2025)

CONSELHO DELIBERATIVO – CONDEL

Órgão superior de governança, responsável pelo direcionamento estratégico, pela definição das políticas gerais, dos Planos de benefícios e da Política de Investimentos, além do acompanhamento da atuação da Diretoria Executiva.

CONSELHEIROS EFETIVOS	CONSELHEIROS SUPLENTE
Bernardo Netto Arruda (Presidente) Indicado pelo Patrocinador	Nathalia Fernandes Tavares Indicada pelo Patrocinador
Claudia Coimbra Cesar Diniz Indicada pelo Patrocinador	Wagner Aureliano da Silva Barbosa Indicado pelo Patrocinador
Daniel Carvalho Tinoco Indicado pelo Patrocinador	Sebastião Furtado Pena Eleito pelos Participantes
Aurea da Silva Cabral Eleita pelos Participantes	Maria Inês Pinheiro Felipe Eleita pelos Participantes
Ronaldo Smith Lisboa Eleito pelos Participantes	



CONSELHO FISCAL – CONFI

Órgão de controle interno responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade, pela análise das demonstrações financeiras e pela verificação da conformidade dos atos de gestão, em observância às normas legais e internas.

CONSELHEIROS EFETIVOS	CONSELHEIROS SUPLENTE
Thays Vargas Ferreira (Presidente) Indicada pelo Patrocinador	Raphael de Souza Mouta Indicado pelo Patrocinador
Ana Maria Ferraz Hernandes Indicada pelo Patrocinador	Ricardo Cianella de Souza Massa Indicado pelo Patrocinador
Thiago Castro Pereira Indicado pelo Patrocinador	Natasha Namie Nakagawa Indicada pelo Patrocinador
Maria Gracia Provenzano Eleita pelos Participantes	Paulo César da Conceição Silva Eleito pelos Participantes
Davi Dias da Silva Eleito pelos Participantes	Heloisa Falkenbach Santoro Eleita pelos Participantes

DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX

Órgão responsável pela administração executiva, incumbido de implementar as políticas e diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo, assegurar a gestão operacional, administrativa e financeira e representar a Entidade perante terceiros.

**SUPERINTENDENTE GERAL
(SUPGE)**

Thiago Gomes do Carmo

**DIRETOR FINANCEIRO E
DE INVESTIMENTOS (DIFIN)**

Marcel Leal da Silva

**DIRETOR DE BENEFÍCIOS
(DIBEN)**

Leonardo Mariano Baptista



COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COINV

Órgão consultivo que assessora os órgãos estatutários na definição, acompanhamento e avaliação da Política de Investimentos, por meio da análise da execução e dos resultados obtidos, visando à segurança, rentabilidade e liquidez dos recursos.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Marcel Leal da Silva (Coordenador) PREVIRB	João Sérgio Fontes Teixeira Indicado pelo Patrocinador
Bruno Anderson Oliveira Neto Indicado pelo Patrocinador	Carlos Alberto Cunha Cruz Eleito pelos Participantes
José Francisco da Silva Vasques Eleito pelos Participantes	

EMPREGADO DIRETAMENTE RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

GERENTE FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS - GEFIN

Roberta Carneiro da Silva



COMITÊ DE SEGURIDADE – COSEG

Órgão consultivo que apoia tecnicamente os órgãos estatutários no planejamento e operação dos Planos de benefícios. Atua na análise de tendências atuariais e cenários previdenciários, fornecendo recomendações estratégicas sem caráter deliberativo.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Leonardo Mariano Baptista (Coordenador) PREVIRB	Alexandre Machado da Silva Eleito pelos Participantes
Janine Sigal Macedo Indicada pelo Patrocinador	
Tania Ramos de Moraes Eleita pelos Participantes	



COMITÊ DE ÉTICA – COETI

Órgão responsável por zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta, orientando a postura institucional de colaboradores e administradores para assegurar a integridade organizacional e a conformidade ética da Entidade.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Cynthia Santos Duarte (Coordenadora) Representante dos Patrocinadores	Yasmin Jade Leskovar Grimaldi Representante dos Patrocinadores
Elza de Lourdes Souza Representante dos Participantes e Assistidos	Rita Maria Cinelli Pinto Representante dos Participantes e Assistidos
Marcello de Souza Carvalho Representante dos Empregados da PREVIRB	Vinicius Trigo Amendola Representante dos Empregados da PREVIRB

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – COMTI

Órgão consultivo que alinha as ações de Tecnologia da Informação (TI) à estratégia da Entidade, apoiando o planejamento e a supervisão de projetos tecnológicos. Propõe normas de gestão e fomenta melhorias para garantir a adaptação tecnológica e o suporte às necessidades operacionais da PREVIRB.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Ramon Igor Mello Oliveira (Coordenador) PREVIRB	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros PREVIRB
Roberta Carneiro da Silva PREVIRB	Rodrigo Bom Braga PREVIRB
Marcello de Souza Carvalho PREVIRB	
Vinicius Trigo Amendola PREVIRB	



COMITÊ DE CONTROLE INTERNO – COINT

Órgão consultivo que apoia a Diretoria Executiva no aprimoramento dos controles internos, gestão de riscos e processos de compliance. Atua na detecção de falhas, proposição de ajustes e avaliação contínua de medidas de mitigação de riscos.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Vinicius Trigo Amendola (Coordenador) PREVIRB	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros PREVIRB
Roberta Carneiro da Silva PREVIRB	Neuseli dos Santos Carmo PREVIRB
Marcello de Souza Carvalho PREVIRB	
Ramon Igor Mello Oliveira PREVIRB	

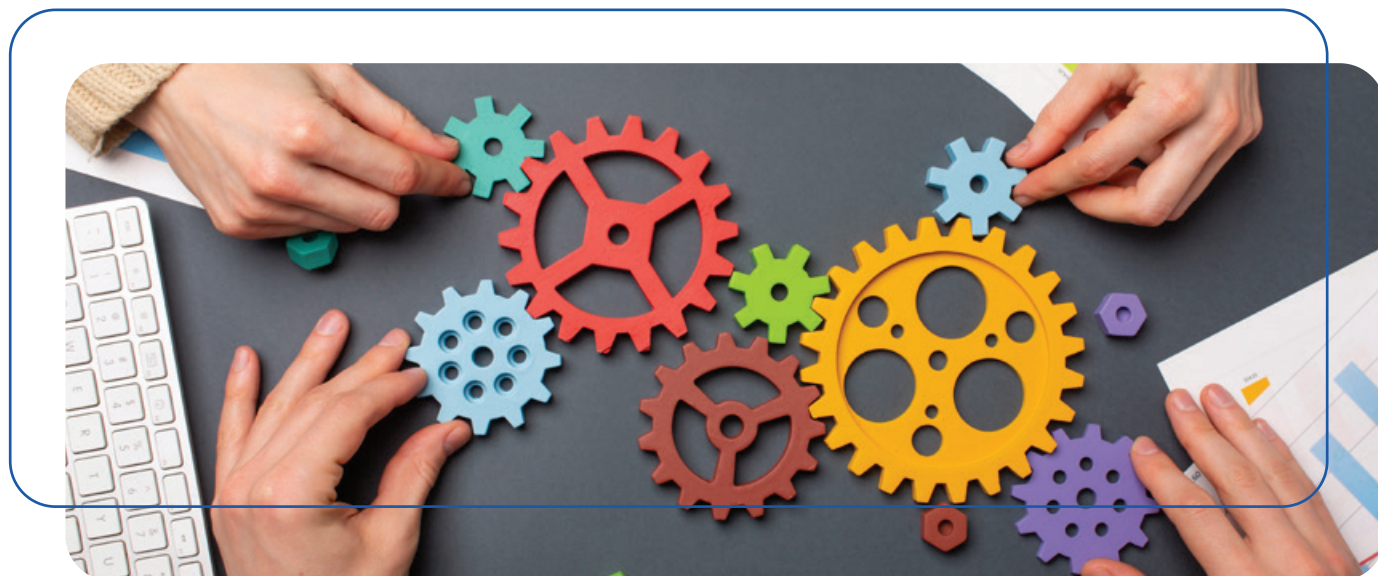
COMITÊ DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS – COPPD

Órgão consultivo que auxilia a Diretoria Executiva em estratégias de privacidade e proteção de dados, assegurando a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com as normas internas de segurança da informação.

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Thiago Gomes do Carmo PREVIRB	Marcel Leal da Silva PREVIRB
Leonardo Mariano Baptista PREVIRB	Rodrigo Bom Braga PREVIRB
Marcello de Souza Carvalho PREVIRB	
Ramon Igor Mello Oliveira PREVIRB	
Vinicius Trigo Amendola PREVIRB	



Governança



Previamente à posse de novos Diretores e Conselheiros, a PREVIRB realiza os procedimentos de habilitação exigidos pela legislação e pelas normas da PREVIC.

Em 2025, houve a substituição do **Superintendente Geral**: Thiago Gomes do Carmo assumiu o cargo, já devidamente certificado, em sucessão a João Bosco Quadros Barros. Permaneceram na **Diretoria Executiva** os diretores Marcel Leal da Silva (Diretor Financeiro e de Investimentos) e Leonardo Mariano Baptista (Diretor de Benefícios), ambos certificados.

No mesmo exercício, tomaram posse os seguintes membros:

- **Conselho Deliberativo:** Bernardo Netto Arruda, Daniel Carvalho Tinoco, Silmara Machado Mendes (mandato encerrado em 15/08/2025) e Wagner Aureliano da Silva Barbosa (indicados pelo Patrocinador); Maria Inês Pinheiro Felipe e Ronaldo Smith Lisboa (eleitos pelos Participantes).



▪ **Conselho Fiscal:** Ana Maria Ferraz Hernandez, Raphael de Souza Mouta, Thays Vargas Ferreira e Thiago Castro Pereira (indicados pelo Patrocinador); Davi Dias da Silva e Heloisa Falkenbach Santoro (eleitos pelos Participantes).

▪ **Comitê de Investimentos:** Bruno Anderson Oliveira Neto e João Sérgio Fontes Teixeira (indicados pelo Patrocinador); Carlos Alberto Cunha Cruz e José Francisco da Silva Vasques (eleitos pelos Participantes).

▪ **Comitê de Seguridade:** Fernanda Pinheiro Gomes (mandato encerrado em 05/12/2025) e Janine Sigal Macedo (indicadas pelo Patrocinador); Alexandre Machado da Silva e Tania Ramos de Moraes (eleitos pelos Participantes). Vale notar que para este comitê não há obrigatoriedade legal de habilitação e certificação.

Todos os Diretores e Conselheiros foram devidamente habilitados. Aqueles que ainda não possuem certificação têm o prazo de um ano para obtê-la, conforme a necessidade prevista na legislação.

Quanto à qualificação, conforme estabelecido na legislação vigente, a PREVIRB ofereceu um programa de treinamento aos componentes da sua estrutura de governança, totalizando 34 ações de capacitação em 2025. Como resultado, um Conselheiro e um membro do Comitê de Investimentos foram certificados, enquanto outros quatro Conselheiros foram recertificados.

A PREVIRB reafirma que a certificação, além de exigência legal, é fundamental para a excelência profissional na gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).





Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 2

Investimentos

Cenário econômico - 17

Gestão dos Investimentos - 20

Demonstrativos dos Investimentos - 21

Gestão Terceirizada - Fundos - 44

Política de Investimentos - 45

Cenário Econômico



NACIONAL

O ano de 2025 foi marcado por desafios relevantes para a economia brasileira, com destaque para a política fiscal e a manutenção de juros elevados. No cenário externo, a volatilidade foi impulsionada pela imposição e posterior recuo de tarifas comerciais pelo governo dos Estados Unidos, fator que influenciou diretamente os mercados globais e a dinâmica do câmbio.

Refletindo esse ambiente de ajustes, a atividade econômica nacional perdeu fôlego após o avanço de 3,4% registrado em 2024, encerrando 2025 com uma projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,26%, segundo o Boletim Focus. No âmbito monetário, a taxa Selic retomou o ciclo de alta, sendo fixada pelo Copom em 15% ao ano em meados de

junho, patamar que se sustentou até o fim do exercício. Paralelamente, a inflação encerrou o período em 4,26%, resultado que, embora próximo ao teto da meta de 3% (com tolerância de 1,5 ponto percentual - p.p.), demonstrou controle diante das pressões conjunturais.

Em contrapartida, o mercado de trabalho exibiu resiliência, com a taxa média de desocupação atingindo a mínima histórica de 5,6%, representando um recuo consistente frente aos 6,6% do ano anterior. A taxa de câmbio também apresentou uma recuperação notável: após iniciar o ano acima de R\$ 5,50 e chegar a ultrapassar a marca de R\$ 6,00 devido às incertezas fiscais, o dólar encerrou 2025 abaixo de R\$ 5,50, acumulando uma queda anual de 11% favorecida pela nova política econômica norte-americana e pela valorização do real.



Perspectivas para 2026: o que esperar?

PROJEÇÕES BRASIL – BOLETIM FOCUS				
EXPECTATIVAS DE MERCADO	2025	2026	2027	2028
IPCA (variação %)	4,26	4,05	3,80	3,50
Selic (% a.a.)	15,00	12,25	10,50	9,75
Câmbio (R\$/US\$)	5,49	5,50	5,50	5,52
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,26	1,80	1,80	2,00

* Boletim Focus de 26/12/2025.

** 2025 PIB: Estimativa Focus; IPCA, Selic e Câmbio: dados de fechamento anual.

Para 2026, as perspectivas apontam para uma desaceleração da economia interna, ainda que beneficiada pelo efeito residual do crescimento de 2025. O Banco Central deve manter a taxa de juros em patamar contracionista para reancorar as expectativas de inflação e conduzi-la à meta de 3%, objetivo que permanece desafiador diante do cenário fiscal do País.

As projeções do Boletim Focus apontam crescimento em torno de 1,80% para o PIB, inflação reduzindo para 4,05%, taxa de câmbio estável em 5,50% e redução da Selic para 12,25% ao final de 2026, com o primeiro corte sinalizado pelo Banco Central para março.

INTERNACIONAL

Em 2025, os mercados globais foram paudados por uma sucessão de eventos econômicos e políticos, com destaque para a política norte-americana. Medidas tarifá-

rias, decisões fiscais e as tensões comerciais entre Estados Unidos e China impuseram ondas recorrentes de volatilidade ao longo de todo o exercício.

Simultaneamente, a inteligência artificial (IA) permaneceu como o principal motor de performance dos mercados, embora tenha entrado em uma fase de maior seletividade. O surgimento de novos concorrentes e questionamentos sobre o retorno dos investimentos no setor levaram investidores a buscarem maior diversificação geográfica e rotação de ativos. Nesse contexto, observou-se uma forte busca por proteção em ativos reais, com o ouro atingindo sucessivos recordes históricos.

No plano geopolítico, os conflitos internacionais continuaram a pressionar as economias globais, com impactos nas cadeias de suprimentos, nos preços de energia e na insegurança política global.



Perspectivas para 2026: o que esperar?

Em seu relatório de janeiro de 2026, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou um crescimento global de 3,3% para o ano. O índice representa revisão de 0,2 p.p. em relação à estimativa anterior e indica estabilidade na comparação com 2025.

Segundo o FMI, este desempenho resiliente resulta “do equilíbrio de forças divergentes”, sendo que “os obstáculos decorrentes da mudança nas políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes do aumento dos

investimentos relacionados com a tecnologia, incluindo inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia”.

Para as economias avançadas, o FMI projeta um crescimento de 1,8% em 2026. Nos Estados Unidos, a expansão esperada é de 2,4%, sustentada pela política orçamentária e pela redução das taxas de juros, com a expectativa de que o impacto das barreiras comerciais diminua gradualmente. Já para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a organização prevê que o crescimento se mantenha próximo ao patamar de 4%.

PREVISÕES DE CRESCIMENTO – FMI			
PIB (%)	2025	2026	2027
Global	3,3	3,3	3,2
Economias Avançadas	1,7	1,8	1,7
Estados Unidos	2,1	2,4	2,0
Zona Euro	1,4	1,3	1,5
Países Emergentes	4,4	4,2	4,1
China	5,0	4,5	4,0

FMI: World Economic Outlook-Janeiro 2026

O FMI também projeta desaceleração da inflação global, de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, com a inflação nos Estados Unidos retornando à meta de forma mais gradual.

Os principais riscos para os mercados globais e para as projeções do FMI estão

relacionados à reavaliação das expectativas tecnológicas, à escalada de tensões geopolíticas, ao aumento das incertezas macroeconômicas, ao enfraquecimento do multilateralismo e aos desafios estruturais persistentes, que podem limitar o crescimento econômico.



Gestão dos Investimentos



O principal objetivo da gestão dos investimentos de um fundo de pensão consiste sobretudo em assegurar a solvência de longo prazo e, ao mesmo tempo, garantir o fluxo de pagamentos das obrigações previdenciárias imediatas e de curto prazo.

No caso do **Plano de Benefício Definido (BD) – Plano Previdencial A**, busca-se atingir e/ou superar a meta atuarial, definida em sua Política de Investimentos como Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) + 3,79% ao ano (a.a.).

No **Plano de Contribuição Variável (CV) – Plano Previdencial B**, busca-se atingir e/ou superar o índice de referência definido em sua Política de Investimentos, correspondente a 100% da variação do Certificado de Depósito

Interbancário (CDI).

Em relação à gestão das despesas administrativas dos Planos de Benefícios, a PREVIRB a executa através de seu **Plano de Gestão Administrativa (PGA)**, que tem como meta de retorno atingir e/ou superar a variação do CDI.

A Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e suas alterações, confere as diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O artigo 5º da referida Resolução dispõe que: “a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos”.



Demonstrativos dos Investimentos



Resultado dos Investimentos

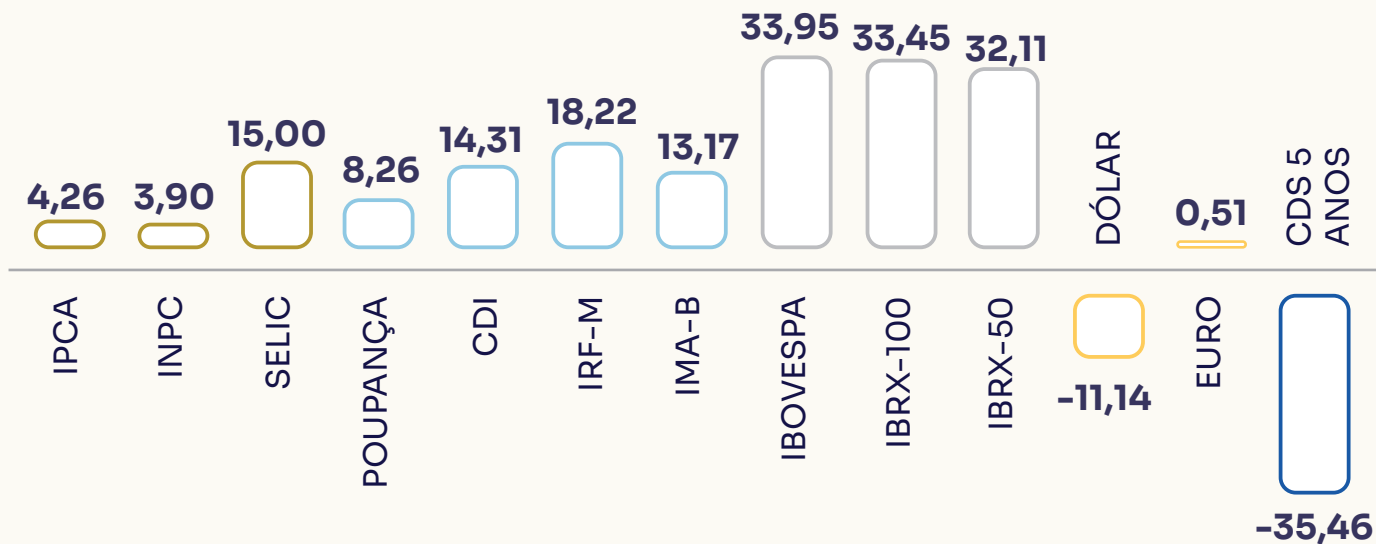
Plano de Benefício Definido – Plano Previdencial A

Em 2025, a carteira de investimentos do Plano A registrou um fluxo acumulado de R\$ 301.707.926,21, valor que representa a remuneração dos ativos financeiros descontadas as despesas com investimentos. Cabe destacar que, mesmo considerando todas as medidas adotadas, que impactaram as reservas técnicas

nos últimos exercícios com objetivo de manter o equilíbrio atuarial, o Plano encerrou o ano com um superávit acumulado de R\$ 669.513.981,55. Ao término de 2025, os principais fatores de risco à carteira de investimentos apresentaram os seguintes resultados:



Em (%)



INFLAÇÃO E TAXAS DE JUROS

RENDA VARIÁVEL

RENDA FIXA

CÂMBIO

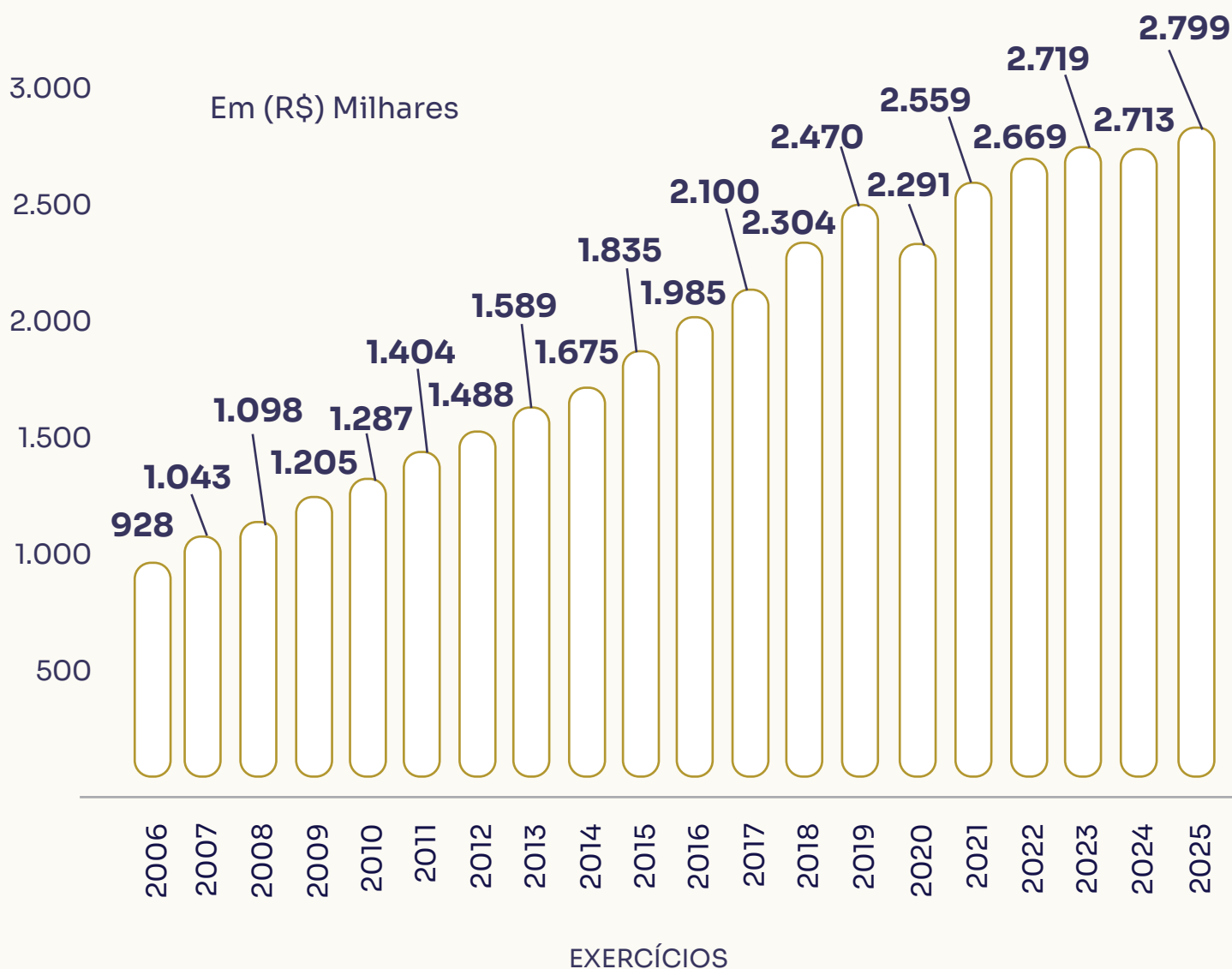
RISCO PAÍS

O fluxo previdencial acumulado no exercício foi negativo em R\$ 192.618.672,39, resultado característico de um Plano Previdencial maduro.

Em dezembro de 2025, o ativo total do Plano A somou R\$ 2.798.960.816,93. O resultado representa uma evolução de 3,18% em relação aos R\$ 2.712.590.849,80 registrados no mesmo período de 2024.



EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

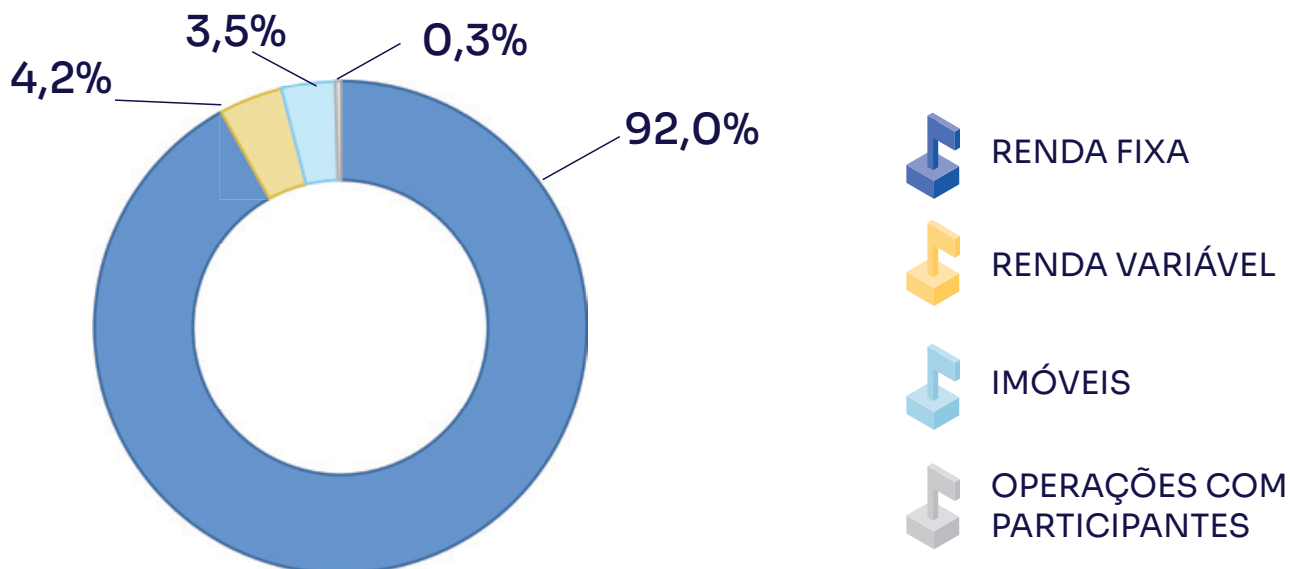


Em 2025, o Plano A registrou uma rentabilidade acumulada de 11,63%, representando 149% da meta atuarial (INPC+ 3,79% = 7,81%), refletindo a diversificação da carteira e a gestão eficiente dos investimentos.

Todas as aplicações são realizadas com base na Política de Investimento, disponível no [site](#) da Fundação para consulta dos Participantes, obedecendo os limites estipulados pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.



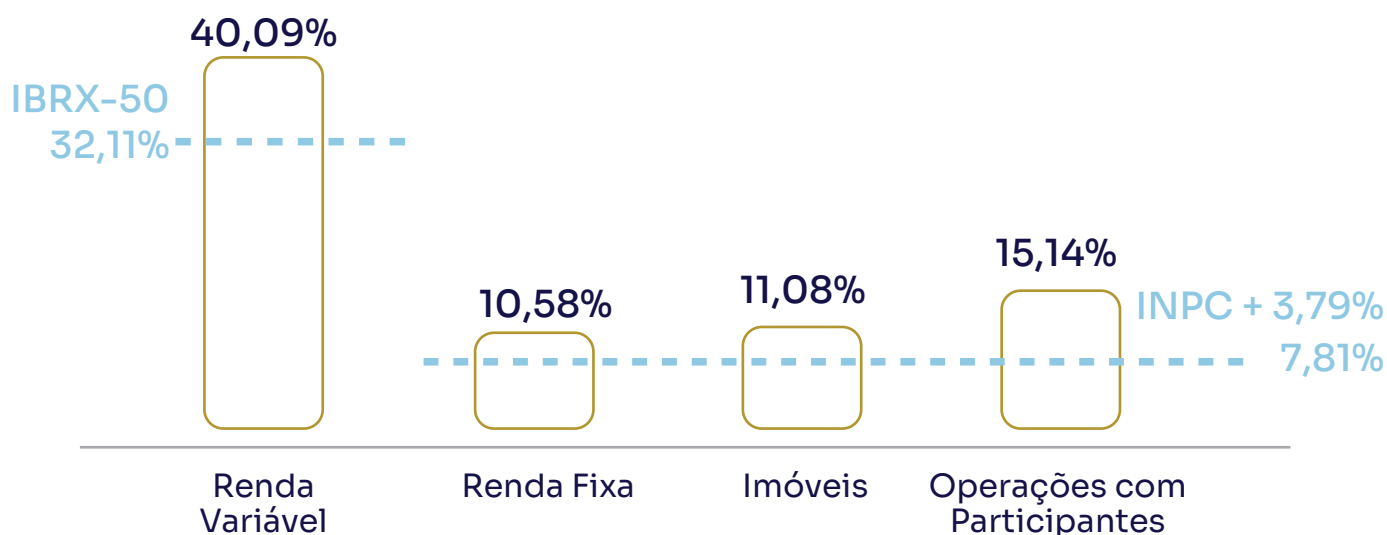
APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



Como mostra o gráfico a seguir, em 2025, as rentabilidades dos segmentos de Renda Fixa, Imobiliário e de Operações com Participantes superaram o resultado do *benchmark* em 35%, 42%

e 94%, respectivamente. Por sua vez, o segmento de Renda Variável apresentou uma rentabilidade de 40,09% e superou o *benchmark* (IBRX-50) em 25%.

RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)

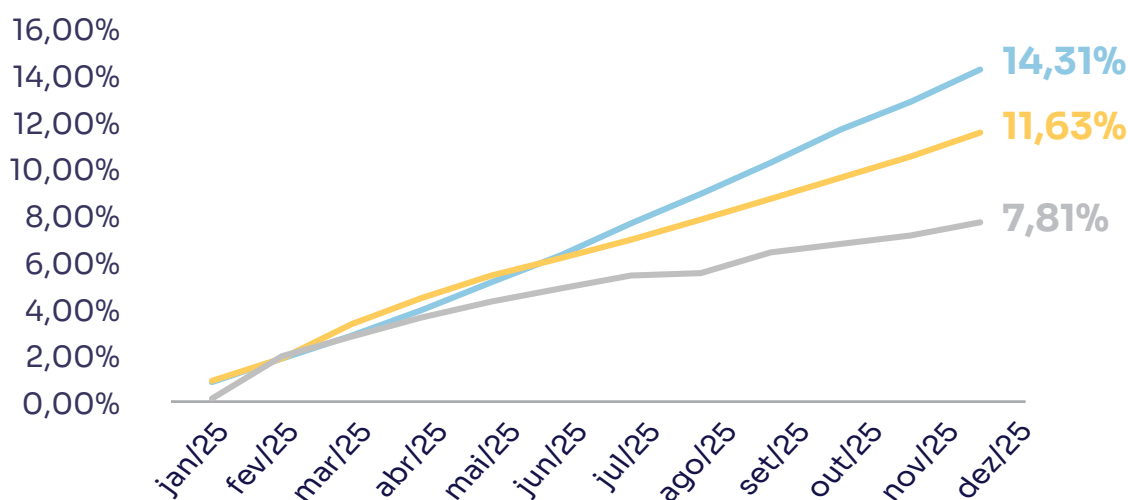




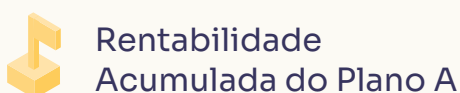
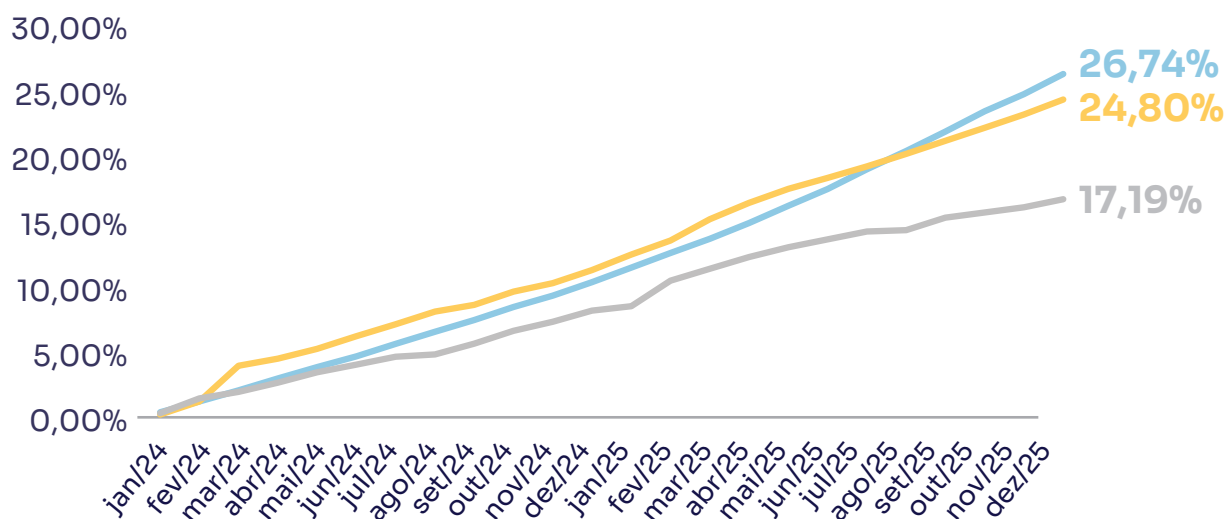
É importante ressaltar que os compromissos da Fundação são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos mais extensos.

Os gráficos a seguir apresentam os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com sua meta atuarial e com a variação do CDI.

12 Meses

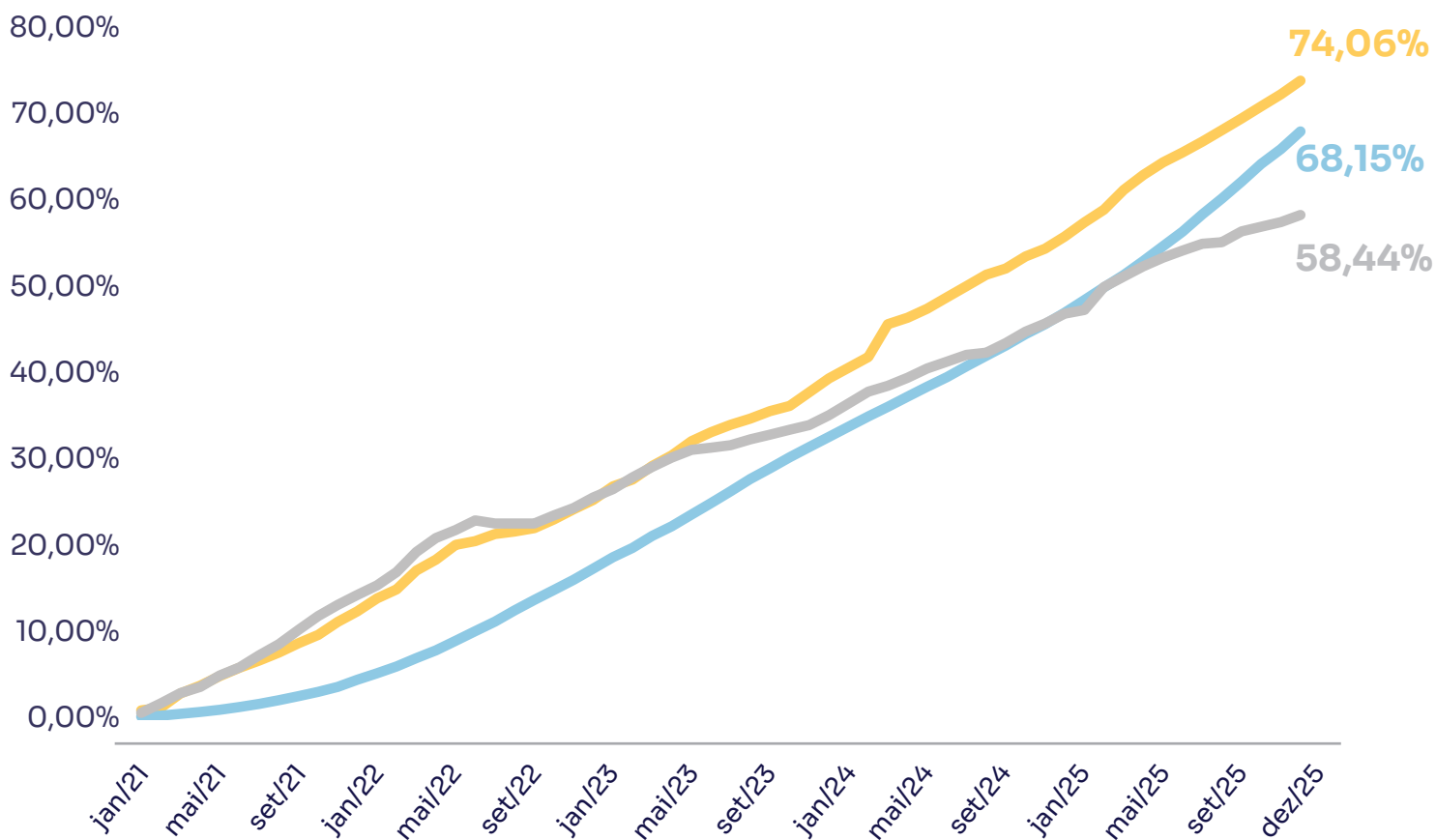


24 Meses





60 Meses



Rentabilidade Acumulada do Plano A



CDI Acumulado



Meta Atuarial Acumulada





Performance dos Segmentos – Plano Previdencial A

RENDA FIXA

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), as carteiras de títulos prefixados — representadas pelos índices IRF-M 1+ e IRF-M — lideraram as performances em 2025, com altas de 20,07% e 18,22%, respectivamente. Esses ativos ganharam atratividade especialmente no segundo semestre, refletindo a trajetória de queda da inflação e a perspectiva de início do ciclo de corte de juros pelo Banco Central. Os demais índices de Renda Fixa também registraram resultados positivos, com retornos próximos ao CDI. Entre os papéis de menor prazo (menor *duration*), o IMA-B 5 (NTNBs com prazo de até cinco anos) rendeu 11,65%, enquanto o IMA-B 5+ (NTNBs com prazos acima de cinco anos) acumulou 14,20%.

A Renda Fixa representa 92% da carteira total do Plano A. Essa alocação é composta majoritariamente por títulos públicos indexados à inflação (93% do segmento), seguidos por fundos de investimentos (4%), créditos privados (2%) e títulos prefixados (1%). O segmento encerrou 2025 com um patrimônio de R\$ 2,412 bilhões — um crescimento de 2,7% em relação ao ano anterior — e rentabilidade de 10,58%, o que corresponde a 135% da meta estabelecida.

Diante da manutenção da taxa básica de

juros em patamar elevado, a Renda Fixa deve seguir atrativa em 2026, oferecendo janelas favoráveis para novas alocações estratégicas.

RENDA VARIÁVEL

O ano de 2025 foi amplamente positivo para o mercado acionário brasileiro. O Ibovespa, principal indicador da bolsa, encerrou o exercício aos 161.125 pontos, acumulando uma valorização expressiva de 33,95%. Esse desempenho foi impulsionado, prioritariamente, pelo ciclo de redução de juros iniciado pelo *Federal Reserve* (Fed), que enfraqueceu o dólar e estimulou uma realocação do capital global em direção a mercados emergentes, beneficiando os ativos de risco domésticos que operavam com desconto. Refletindo esse movimento, o fluxo líquido de capital estrangeiro na B3 somou aproximadamente R\$ 27 bilhões em 2025, revertendo a saída de R\$ 24 bilhões registrada no ano anterior. Neste cenário, o desempenho acumulado da carteira de Renda Variável do Plano A apresentou uma rentabilidade de 40,09%, acima do registrado pelo *benchmark* (IBrX-50), que valorizou 32,11%. O volume alocado no segmento foi de aproximadamente R\$ 108 milhões, representando cerca de 4% dos investimentos totais do Plano. Ao final do exercício, a carteira de ações era composta por ativos de 16 empresas de setores diversificados.



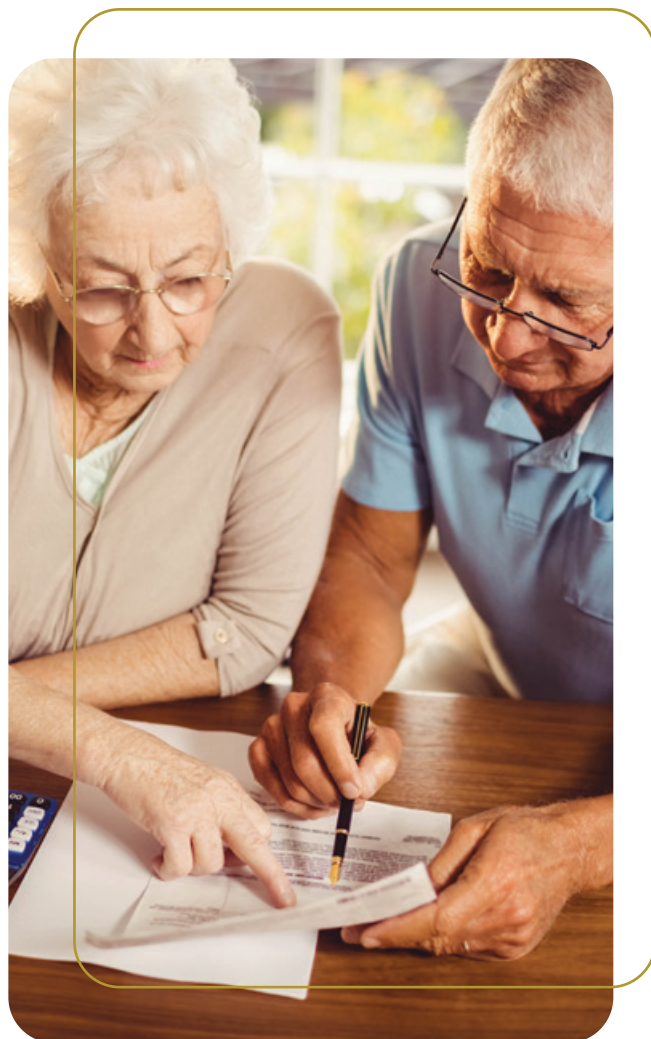
Para 2026, as perspectivas sugerem cautela e maior seletividade na alocação em ações. No mercado interno, embora se espere o início da redução dos juros pelo Banco Central, as projeções indicam que a Selic permanecerá em níveis elevados de dois dígitos. Somam-se a isso as expectativas de volatilidade decorrentes do cenário fiscal e do calendário eleitoral.

No ambiente externo, seguem as incertezas, principalmente, em torno da administração do atual presidente dos Estados Unidos e à condução do *Federal Reserve*, que terá novo presidente a partir de junho. A nova gestão poderá influenciar a continuidade do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos em 2026.

IMÓVEIS

No segmento imobiliário, o exercício de 2025 foi marcado pela continuidade da recuperação da atividade em imóveis comerciais, embora o setor tenha apresentado um desempenho heterogêneo entre as diferentes regiões do País. O setor de shopping centers, especificamente, registrou um crescimento de 1,2% nas vendas, com o faturamento atingindo o recorde histórico de R\$ 200,9 bilhões.

Segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), o País encerrou o ano com 658 empreendimentos em operação e uma taxa de inadimplência de 4,3% — a menor da história —, demonstrando a resiliência do setor, que



manteve uma média de 471 milhões de visitantes mensais.

Para 2026, a perspectiva da ABRASCE é de uma ligeira melhora, impulsionada pela tendência de queda dos juros, da isenção do imposto de renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil e por eventos como a Copa do Mundo de Futebol. A expectativa é que o faturamento do setor alcance R\$ 203,7 bilhões, com a previsão de até 11 novas inaugurações. Nesse cenário, as grandes redes devem manter um ritmo de crescimento acima da média do mercado.



Refletindo essa dinâmica, a carteira de investimentos imobiliários do Plano A apresentou retorno positivo, sustentado pelo repasse da participação no Shopping Iguatemi Esplanada e pela gestão eficiente das salas comerciais nos edifícios Mourisco e Charles de Gaulle.

O segmento encerrou o ano com um volume de R\$ 92,1 milhões e rentabilidade acumulada de 11%, superando a meta atuarial em 42%. Cabe ressaltar que, conforme as normas vigentes, foi realizada a reavaliação anual dos ativos da Fundação, cujos resultados foram devidamente contabilizados no exercício após a emissão dos laudos técnicos.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento finalizou o exercício de 2025 com 274 contratos de empréstimos, ante 266 em 2024, e registrou volume financeiro de R\$ 8.628 milhões, o que representa um crescimento de 16,3% frente aos R\$ 7.417 milhões do ano anterior. A rentabilidade acumulada do segmento manteve-se em patamar elevado, fechando o ano em 15,14% — resultado que supera a meta atuarial em 94%. Apesar do desempenho positivo e do crescimento no volume, a participação dos empréstimos na carteira total de investimentos do Plano A permanece reduzida (representando 0,33%), não gerando impacto significativo no resultado global consolidado da Entidade.





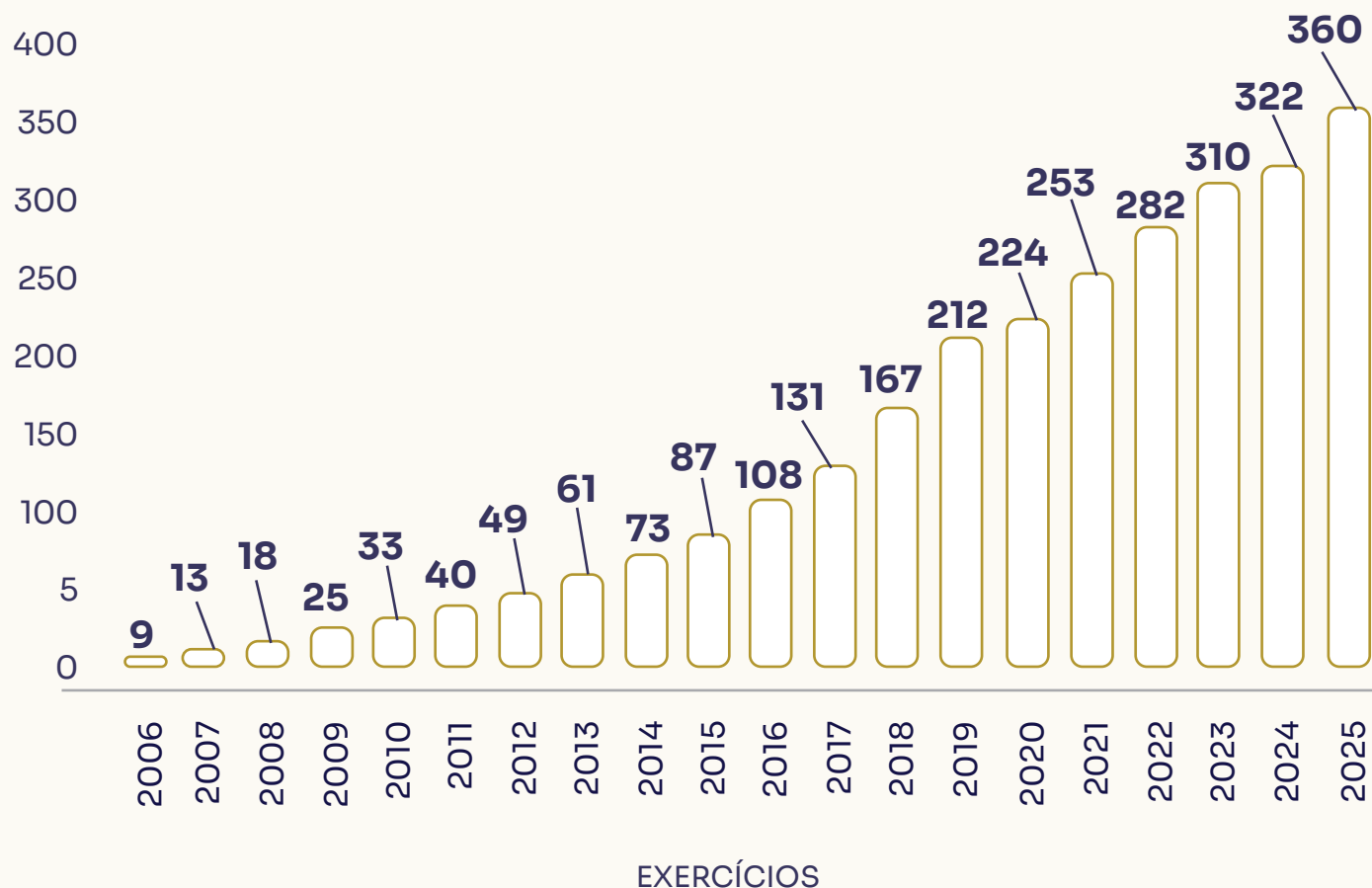
Plano de Contribuição Variável – Plano Previdencial B

A carteira de investimentos do Plano Previdencial B apresentou, em 2025, um fluxo acumulado de R\$ 41.400.266,53, considerando a remuneração dos ativos financeiros menos despesas com investimentos. O superávit acumulado foi de R\$ 2.707.377,32.

O ativo total do Plano B atingiu R\$ 359.910.712,24 em dezembro de 2025. O montante representa uma evolução de 12% em comparação aos R\$ 321.560.152,40 registrados no fechamento de 2024.

EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

Em (R\$) Milhares





O Plano B encerrou 2025 com uma rentabilidade de 13,49%, alcançando 94% da sua meta de retorno (CDI), que fechou o ano em 14,31%.

Esse resultado superou o registrado em 2024, quando a rentabilidade foi de 4,23%. O desempenho refletiu, principalmente, a dinâmica da marcação a mercado dos títulos públicos, que pressionou negativamente, em especial, a parcela quotizável do Plano. Essa marcação a mercado impõe uma volatilidade indesejada aos Planos de Previdência Complementar Fechada, comprometendo o desempenho de curto prazo.

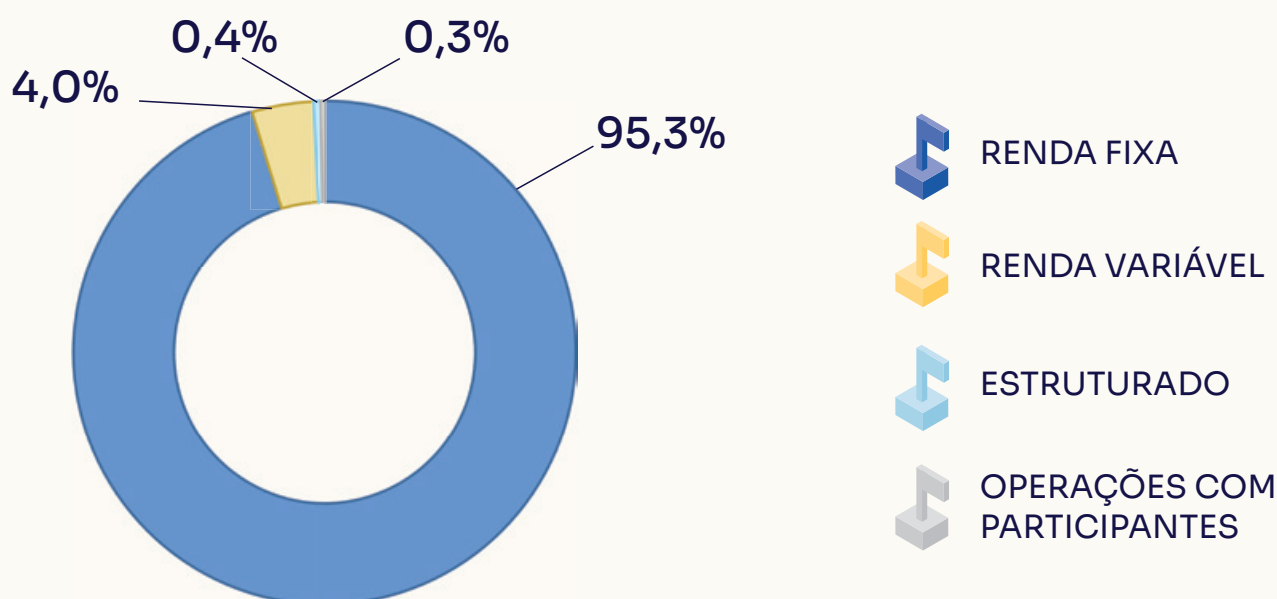
A melhora na performance a partir de 2025 reflete a entrada em vigor da Resolução CNPC nº 61, em 11 de dezembro de 2024. A norma permitiu que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) passassem a classificar seus

títulos de acordo com o perfil de suas carteiras, reduzindo oscilações artificiais e adequando a volatilidade aos objetivos do Plano.

Cabe destacar que, na gestão de Planos de Contribuição Variável (CV), a PREVIRB adota a estratégia de manter os títulos públicos federais até o vencimento, evitando perdas decorrentes de deságios em vendas antecipadas. Essa abordagem reafirma o compromisso da Fundação com o horizonte de longo prazo e com a diversificação das carteiras.

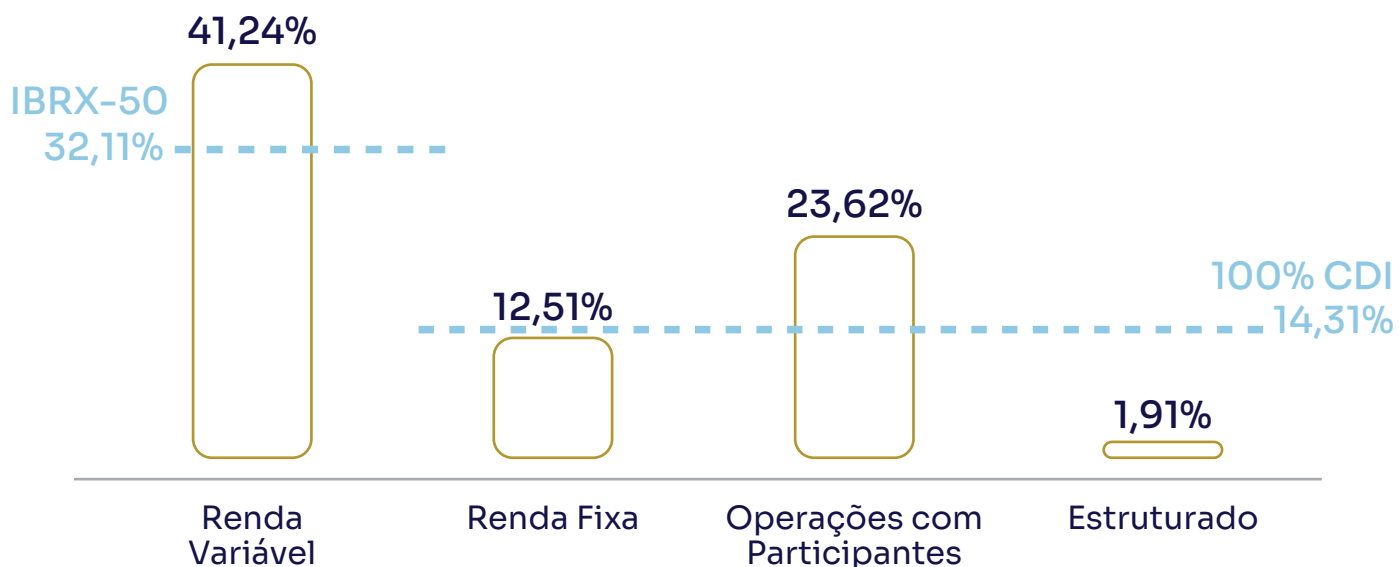
Todas as aplicações são realizadas com base na Política de Investimento do Plano, disponível no [site](#) para consulta dos Participantes, obedecendo os limites estipulados pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)





RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)



Assim como no Plano A, os investimentos em todos os segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável da carteira do Plano B apresentaram resultados positivos em 2025, conforme demonstrado no gráfico anterior.

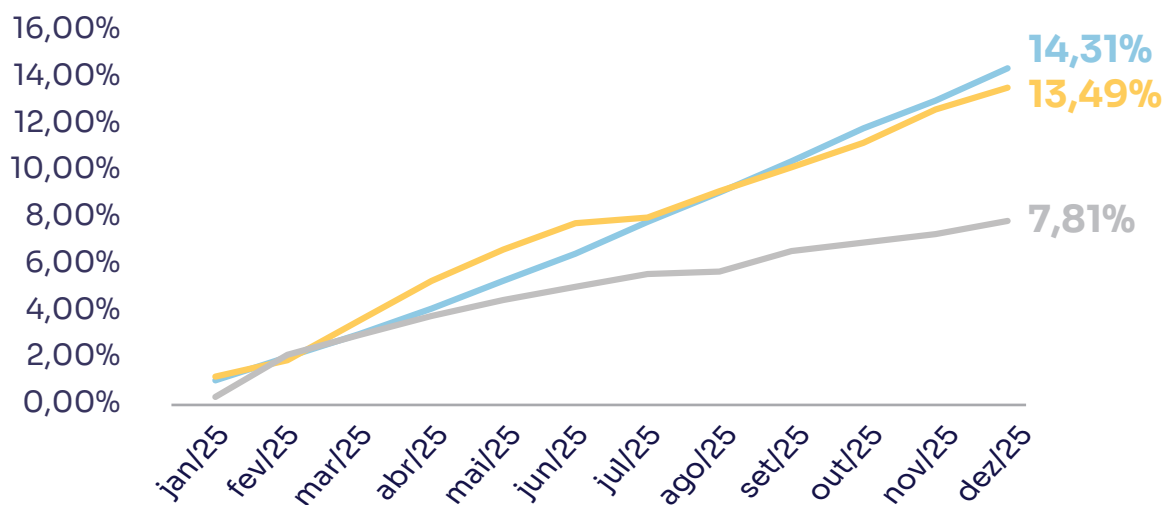




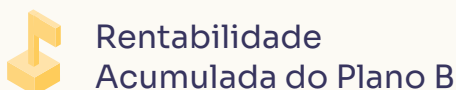
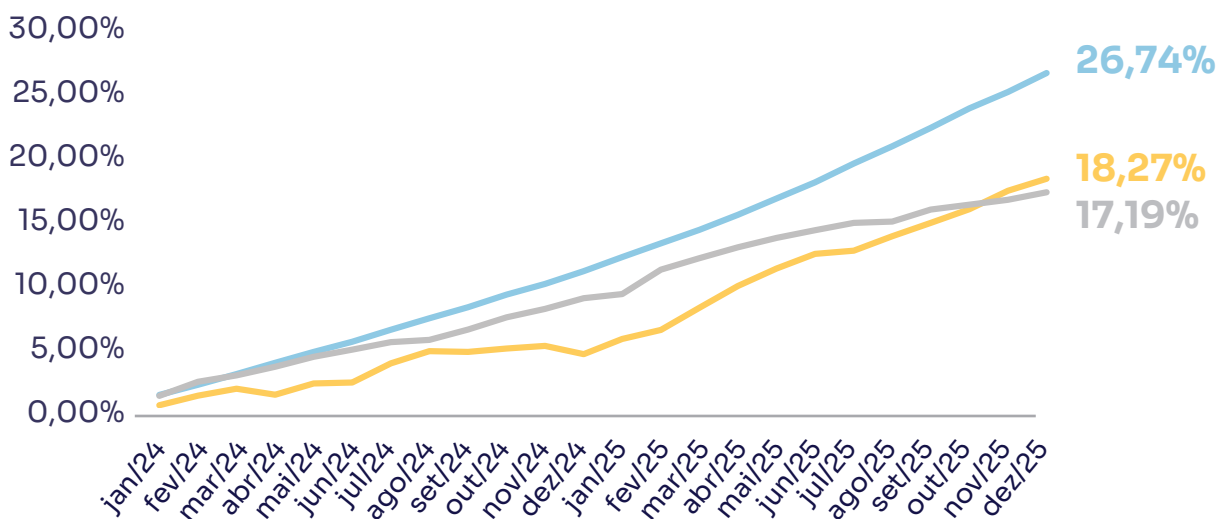
A PREVIRB ressalta que seus compromissos são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos mais extensos.

Os gráficos a seguir demonstram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com a sua meta atuarial e com a variação do CDI.

12 Meses

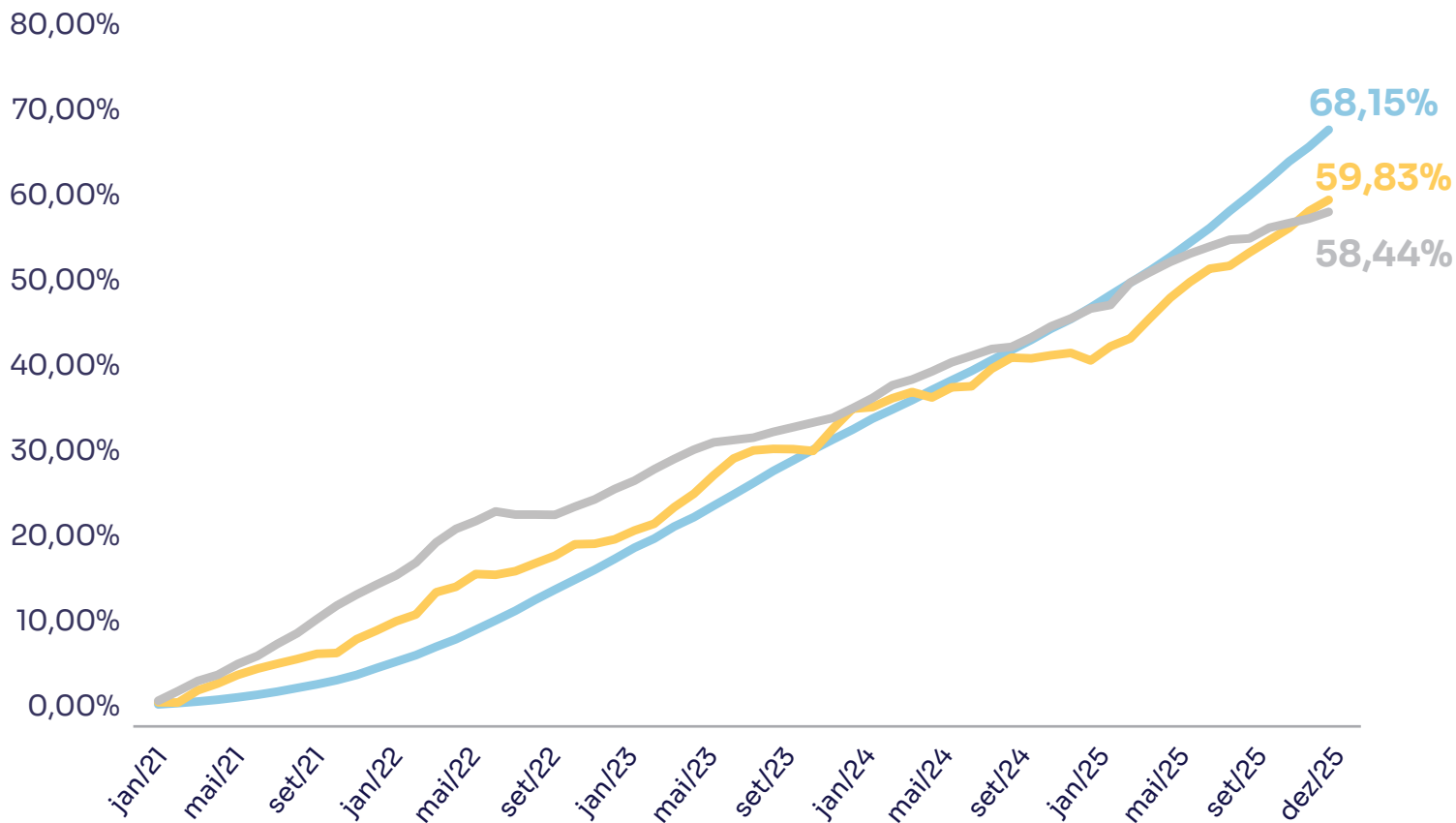


24 Meses





60 Meses



CDI Acumulado



Rentabilidade Acumulada do Plano B



Meta Atuarial Acumulada





Performance dos Segmentos – Plano Previdencial B

RENDA FIXA

Em 2025, o segmento se manteve como o carro chefe das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensão, refletindo a atratividade da taxa Selic — que encerrou o exercício em 15%, acima da taxa Selic terminal de 2024 (12,25%) e de 2023 (11,75%).

Assim como no Plano A, o segmento de Renda Fixa representa o maior percentual na carteira de investimentos do Plano B (95%), sendo composto por: títulos públicos indexados à inflação (68% do segmento), títulos públicos prefixados (4%), títulos privados (6%) e Fundos de Investimentos (22%).

A carteira encerrou o ano com um volume de R\$ 338 milhões e rentabilidade de 12,51%, o que corresponde a aproximadamente 87% do CDI (14,31%), seu *benchmark*. Esse desempenho foi diretamente influenciado pela dinâmica dos títulos marcados a mercado, respeitando o que determina a Resolução CNPC nº 43/2021 e suas alterações.

RENDA VARIÁVEL

O segmento de Renda Variável do Plano B encerrou o exercício com participação em 16 empresas de diferentes setores, exposição em torno de 4% do total dos investimentos, com um volume de aproximadamente R\$ 14 milhões.

No acumulado do ano, a carteira de ações do Plano apresentou retorno de 41,24%, superando em 28% o *benchmark* (representado pelo IBrX-50, que valorizou 32,11%).

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento de Operações com Participantes do Plano B encerrou o exercício de 2025 com 58 contratos de empréstimos, frente aos 62 registrados no ano anterior. Em termos financeiros, a carteira alcançou o volume de R\$ 950 mil, o que representa uma retração de 9% em comparação ao montante de R\$ 1,046 milhão verificado ao final de 2024.

Apesar da redução no volume e no número de contratos, a rentabilidade acumulada do segmento manteve-se expressiva, atingindo 23,62% no exercício — desempenho 65% superior ao seu *benchmark* (100% do CDI). No fechamento de 2025, a participação do segmento na carteira total de investimentos do Plano permaneceu estável em 0,27%.

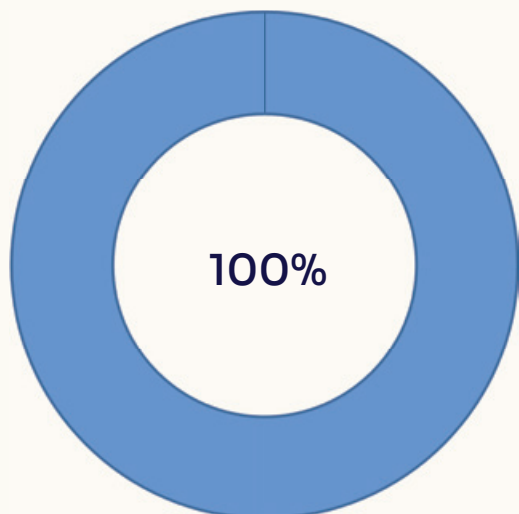


Plano de Gestão Administrativa – PGA

O PGA é composto, exclusivamente, por aplicações no segmento de Renda Fixa com valores investidos voltados para o curto prazo.

O Plano encerrou o exercício de 2025 com um total de R\$ 35,8 milhões aplicados e retorno de 101% do CDI.

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



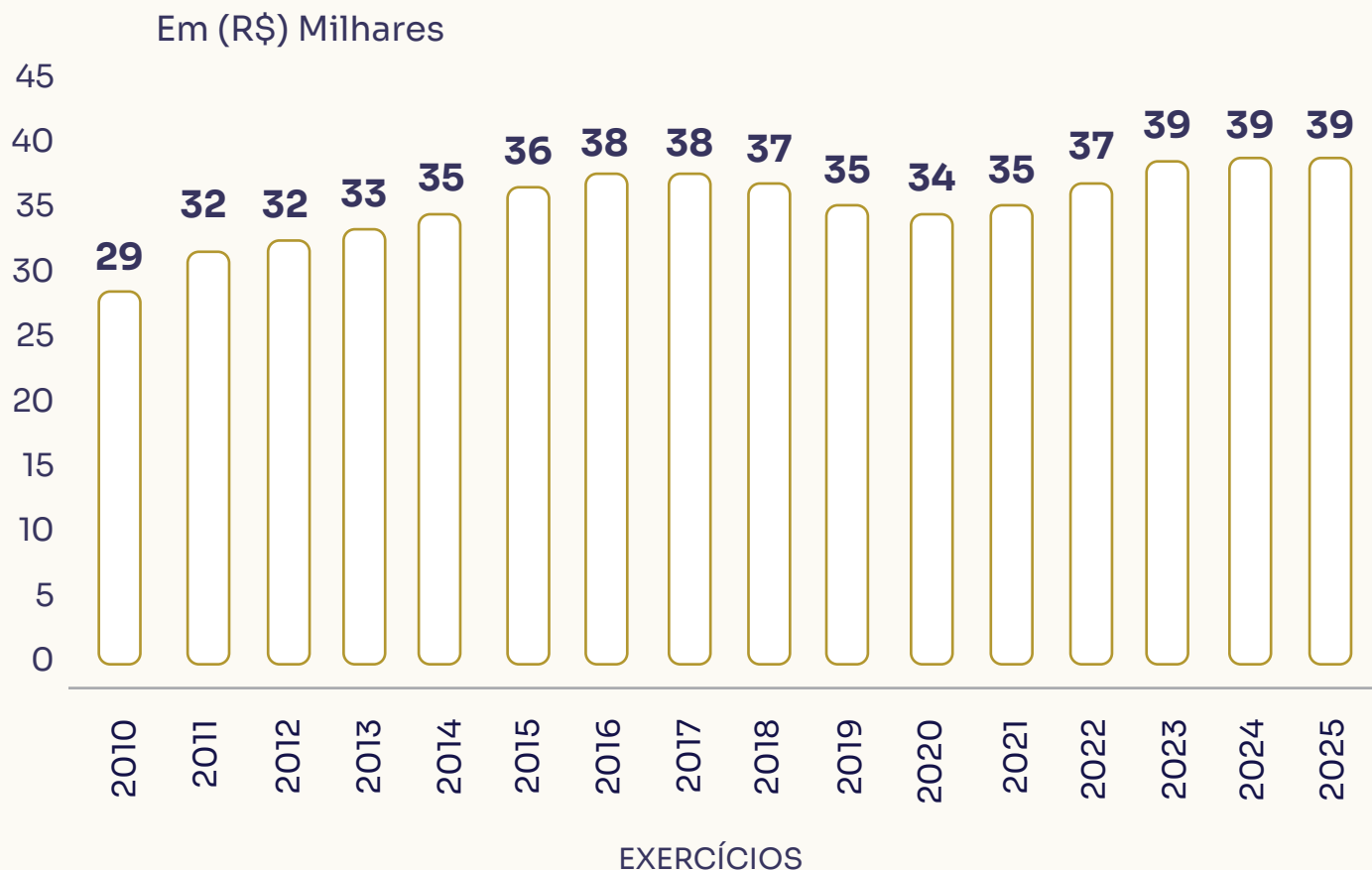
RENDA FIXA





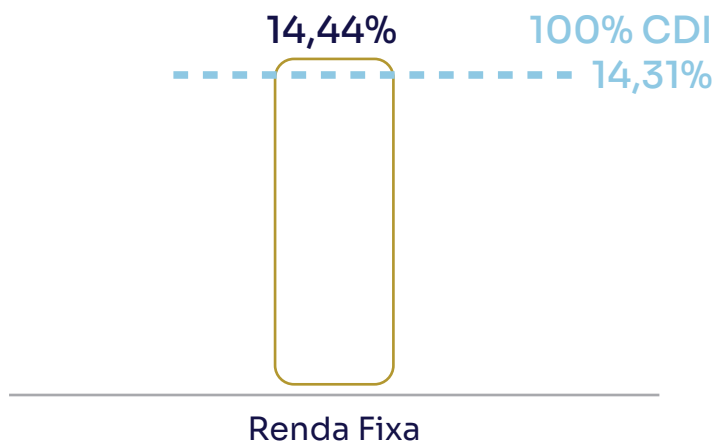
Em dezembro de 2025, o ativo total do PGA somou R\$ 38.860.273,02. O montante representa um crescimento de 0,1% em comparação aos R\$ 38.813.713,24 registrados no mesmo período de 2024.

EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)

Todas as aplicações são realizadas com base na Política de Investimento do Plano, disponível no [site](#) para consulta dos Participantes, obedecendo os limites estipulados na Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.





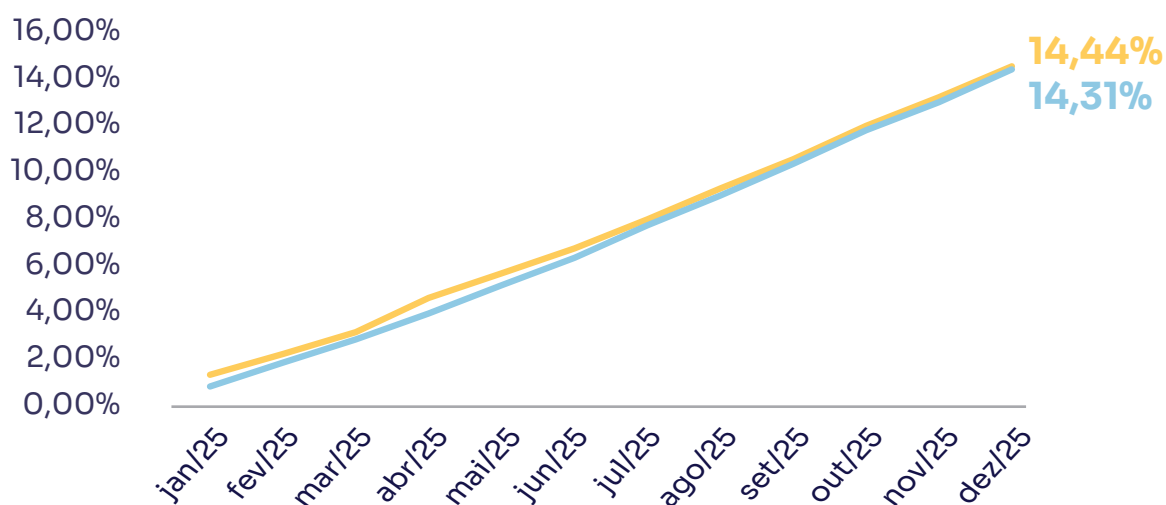
Conforme demonstrado no gráfico anterior, em 2025, o segmento de Renda Fixa aplicado pelo PGA apresentou retorno de 14,44%, alcançando 101% da meta de rentabilidade, medida pela variação do CDI.

A PREVIRB ressalta que seus compro-

missos são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos mais extensos.

Os gráficos a seguir demonstram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses:

12 Meses

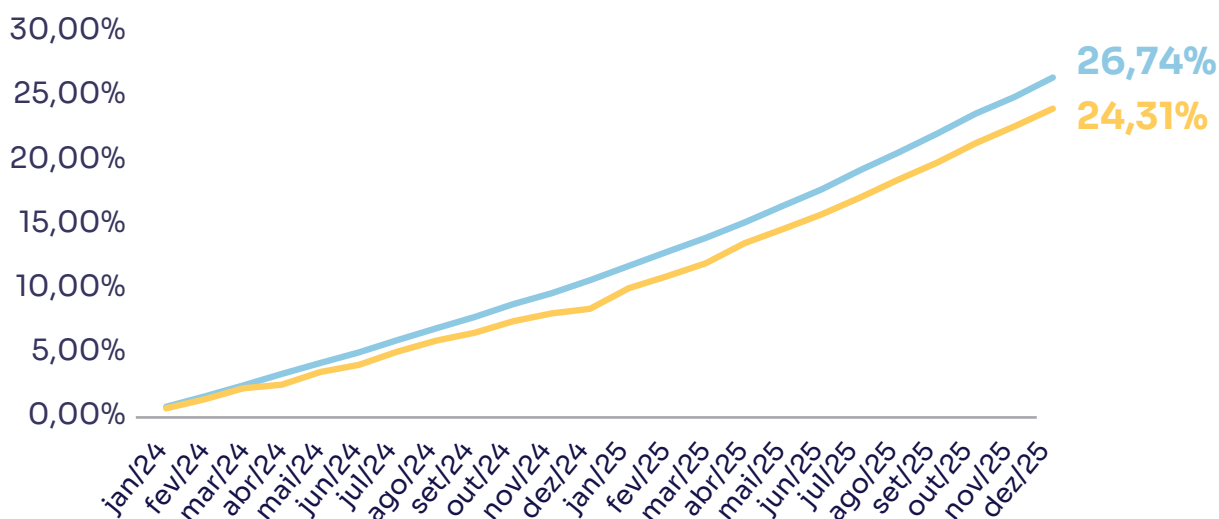


Rentabilidade Acumulada do PGA



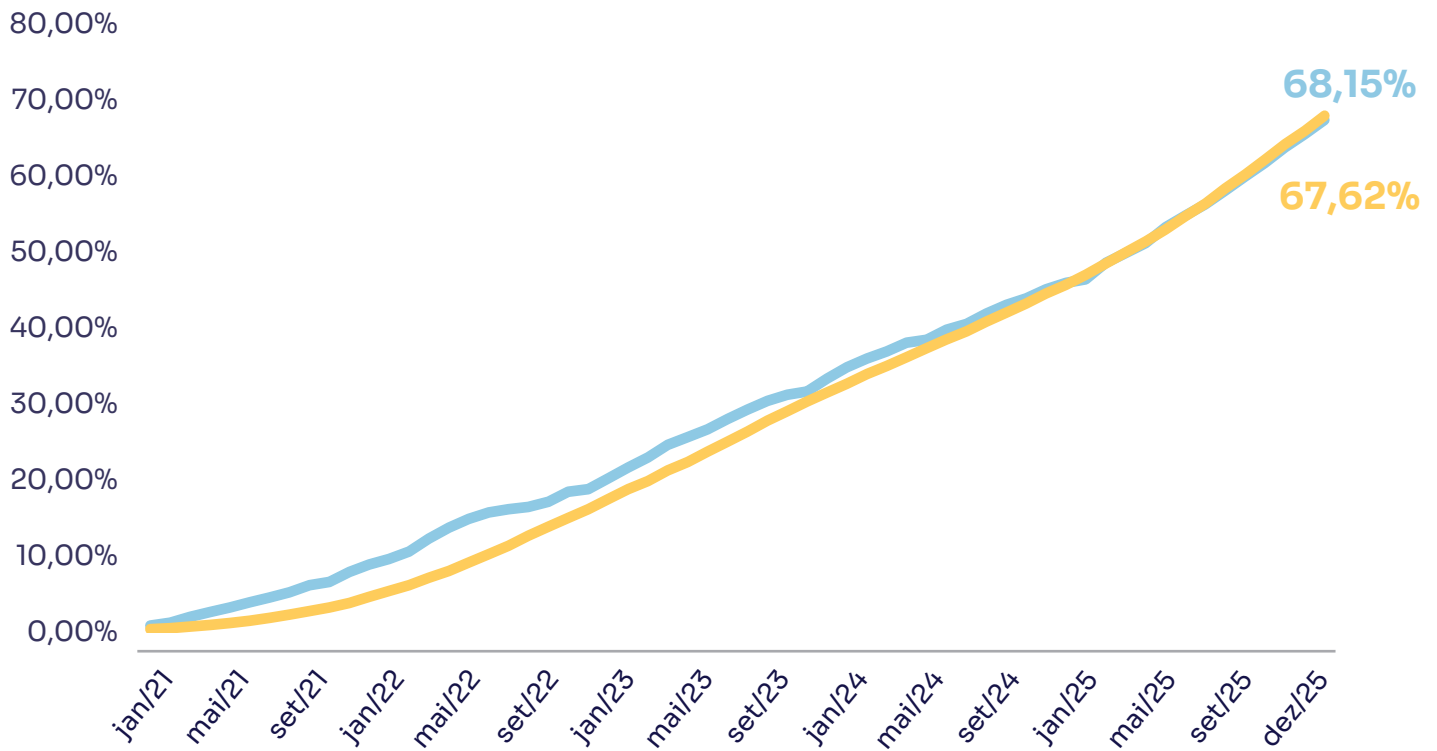
CDI Acumulado

24 Meses






60 Meses



 CDI Acumulado

 Rentabilidade Acumulada do PGA





Performance dos Segmentos – Plano de Gestão Administrativa (PGA)

RENDA FIXA

A Renda Fixa é o único segmento na carteira de investimentos do PGA. Sua composição é formada por: títulos públicos indexados à inflação (22% do segmento), títulos públicos prefixados (21%), créditos privados (38%) e fundos de investimentos (19%).

Em 2025, a carteira apresentou uma rentabilidade de 14,44% — resultado significativamente superior aos 8,63%

registrados no exercício anterior —, atingindo 101% de sua meta de retorno. Esse desempenho é reflexo da estratégia de diversificação dos recursos, com destaque para o maior volume aplicado em títulos privados, especialmente Letras Financeiras, que entregaram um retorno acumulado de 15,24%. Além disso, a manutenção da taxa Selic em patamares elevados impulsionou o CDI, favorecendo a performance dos ativos atrelados a esse indexador.





Demonstrativos dos Investimentos dos Planos

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL A

SEGMENTOS	Exercício 2025		Exercício 2024		Plano de Aplicação 2025		Limite Legal
	%	R\$	%	R\$	Máximo		
					%	R\$	
RENDA FIXA	90,98%	2.412.403.530	92,52%	2.348.233.193	100,0%	2.651.490.830	100,0%
Títulos Públicos Federais	25,31%	671.086.387	26,32%	668.090.749	100,0%	2.651.490.830	100,0%
NTNB's- Notas do Tesouro Nacional	24,12%	639.559.968	24,17%	613.405.461	-	-	-
NTNF's- Notas do Tesouro Nacional	1,19%	31.526.418	1,24%	31.495.925	-	-	-
LTN's- Letras do Tesouro Nacional	-	-	0,91%	23.189.364	-	-	-
Títulos Privados	1,38%	36.605.574	2,70%	68.573.396	70,0%	1.856.043.581	80,0%
LF's- Letras Financeiras	0,67%	17.729.159	1,29%	32.633.457	-	-	-
DSTE's- Debêntures Simples	0,71%	18.876.415	1,42%	35.939.939	-	-	-
Fundos de Investimentos	3,42%	90.663.694	2,47%	62.688.318	80,0%	2.121.192.664	N/A
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	0,50%	13.341.702	0,21%	5.300.664	-	-	-
Safra Capital Market Premium FIC REF	0,72%	18.993.830	0,18%	4.565.640	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	2,14%	56.729.858	2,03%	51.488.777	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	0,06%	1.598.304	0,05%	1.333.237	-	-	-
Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)	60,87%	1.614.047.875	61,02%	1.548.880.730	80,0%	2.121.192.664	N/A
PREVIRB-PLA (NTN-B's)	60,87%	1.614.047.875	61,02%	1.548.880.730	-	-	-
RENDA VARIÁVEL	4,07%	107.842.594	3,47%	88.102.000	25,0%	662.872.707	70,0%
À Vista- Carteira Própria de Ações	4,07%	107.842.594	3,23%	82.085.500	-	-	-
ETF- iShares BM&FBOVESPA Small Cap Fundo de Índice	-	-	0,24%	6.016.500	-	-	-
IMOBILIÁRIO	3,46%	91.770.000	3,53%	89.555.000	8,0%	212.119.266	20,0%
Uso Próprio	0,11%	2.960.000	0,12%	3.170.000	-	-	-
Locadas a Terceiros	2,20%	58.310.000	2,30%	58.385.000	-	-	-
Rendas de Participações (Esplanada)	1,15%	30.500.000	1,10%	28.000.000	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,33%	8.628.182	0,29%	7.416.923	2,0%	53.029.817	15,0%
VALORES A RECEBER	0,08%	2.142.345	0,07%	1.724.347			
Renda Variável	0,07%	1.805.512	0,06%	1.404.695			① Venda do fundo ETF em março/2025.
Imobiliário	0,01%	336.833	0,01%	319.652			② Vencimento Final de LTN em 02/01/2025.
DEPÓSITOS JUDICIAS/RECURSAIS	1,19%	31.507.702	1,13%	28.752.999			③ Reavaliação dos Imóveis realizada em dezembro/2025.
REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	100,11%	2.654.294.352	101,01%	2.563.784.461			
(+) Disponível	0,01%	175.573	0,01%	183.263			
(-) Exigível de Investimentos	(0,11%)	(2.979.096)	(1,02%)	(25.822.329)			
RECURSOS GARANTIDORES	100,00%	2.651.490.830	100,00%	2.538.145.395			



ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL B

SEGMENTOS	Exercício 2025		Exercício 2024		Plano de Aplicação 2025		Limite Legal
	%	R\$	%	R\$	Máximo		
					%	R\$	
RENDA FIXA	95,32%	337.652.576	95,69%	302.485.810	100,0%	354.241.593	100%
Títulos Públicos Federais	42,29%	149.810.279	44,86%	141.800.947	100,0%	354.241.593	100%
NTN's- Notas do Tesouro Nacional	38,73%	137.182.447	41,22%	130.283.980	-	-	-
NTNF's-Notas do Tesouro Nacional	3,56%	12.627.832	3,64%	11.516.967	-	-	-
Títulos Privados	5,90%	20.904.166	8,27%	26.148.751	80,0%	283.393.275	80%
DSTE's- Debêntures Simples	2,98%	10.551.431	4,82%	15.242.260	-	-	-
LF's- Letras Financeiras	0,55%	1.952.243	2,91%	9.213.565	-	-	-
CDB- Certificado de Depósito Bancário	2,37%	8.400.492	0,54%	1.692.926	-	-	-
Fundos de Investimentos	20,82%	73.748.775	14,24%	45.027.657	80,0%	283.393.275	N/A
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	4,20%	14.876.035	2,71%	8.577.550	-	-	-
Safra Capital Market Premium FIC REF	3,60%	12.738.749	2,79%	8.820.143	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	4,88%	17.279.273	4,70%	14.856.892	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	4,48%	15.886.678	0,30%	957.550	-	-	-
BTG Pactual CDB I FIC FI RF CP	3,66%	12.968.040	3,74%	11.815.522	-	-	-
Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)	26,31%	93.189.356	28,32%	89.508.455	80,0%	283.393.275	N/A
PREVIRB-PLB (NTN-B's)	26,31%	93.189.356	28,32%	89.508.455	-	-	-
RENDA VARIÁVEL	3,89%	13.774.062	3,53%	11.153.477	25,0%	88.560.398	70%
À Vista- Carteira Própria de Ações	3,89%	13.774.062	3,28%	10.379.927	-	-	-
ETF- iShares BM&FBOVESPA Small Cap Fundo de Índice	-	-	0,24%	773.550	-	-	-
Estruturado	0,43%	1.525.290	0,36%	1.129.060	6,5%	23.025.704	20%
Bradesco Explorer FIP PE	0,43%	1.525.290	0,36%	1.129.060	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,27%	950.261	0,33%	1.046.411	5,0%	17.712.080	15%
VALORES A RECEBER	0,06%	225.253	0,05%	173.738			
Renda Variável	0,06%	225.253	0,05%	173.738			
Empréstimos	-	-	-	-			
REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	99,97%	354.127.442	99,96%	315.988.496			
(+) Disponível	0,04%	131.815	0,04%	120.005			
(-) Exigível de Investimentos	0,00%	(17.664)	0,00%	(2.625)			
RECURSOS GARANTIDORES	100,00%	354.241.593	100,00%	316.105.876			

① Fundo BRADESCO EXPLORER FIP PE- aporte inicial realizado em 26/01/2023.

② Venda do fundo ETF em março/2025.



ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PGA

SEGMENTOS	Exercício 2025		Exercício 2024		Plano de Aplicação 2025		Limite Legal
	%	R\$	%	R\$	Máximo		
					%	R\$	
Títulos Públicos Federais	42,89%	15.331.732	63,36%	21.692.897	100,0%	35.750.085	100%
NTN-B's- Notas do Tesouro Nacional, Série B	22,17%	7.925.952	37,76%	12.927.457	-	-	-
NTN-F's- Notas do Tesouro Nacional, Série F	5,75%	2.054.401	5,47%	1.873.676	-	-	-
LFT's- Letras Financeiras do Tesouro Nacional	14,97%	5.351.380	20,13%	6.891.764	-	-	-
Títulos Privados	38,48%	13.756.529	18,68%	6.395.164	80,0%	28.600.068	80%
LF's- Letras Financeiras	37,02%	13.234.349	17,36%	5.942.345	-	-	-
CDB- Certificado de Depósito Bancário	1,46%	522.180	1,32%	452.819	-	-	-
Fundos de Investimentos	18,63%	6.661.823	17,97%	6.151.789	50,0%	17.875.042	N/A
Bradesco FI REF DI Premium	2,66%	949.759	2,95%	1.011.625			
BTG Pactual CDB I FIC FI RF CP	3,56%	1.273.683	2,10%	720.662			
Safra Capital Market Premium FIC REF	4,43%	1.582.516	4,82%	1.651.506			
Itaú High Grade RF CP FIC FI	4,64%	1.660.504	6,40%	2.189.640			
Santander FIC FI INST. RF REF DI	3,34%	1.195.361	1,69%	578.355			
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	35.750.085	100,00%	34.239.850			





Gestão Terceirizada – Fundos

No quadro a seguir, são apresentadas informações complementares sobre os fundos de investimentos que compõem as carteiras dos Planos da Fundação, com posição em 30 de dezembro de 2025.

Cabe ressaltar que, a gestão terceirizada é realizada por agentes de reconhecida conduta e profissionalismo, além de pertencerem aos principais grupos financeiros do País.

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - Exercício de 2025 -							
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	GESTOR	DISTRIBUIÇÃO					
		Plano	SALDO	Participação s/ Total dos Recursos Garantidores dos Planos	Participação Sobre Total Terceirizado	Participação s/ Patrimônio do Fundo de Investimentos	
REFERENCIADO E CRÉDITO PRIVADO	BRADESCO FI REF DI PREMIUM	BRADESCO	A	13.341.702,12	0,50%	7,80%	0,07%
			B	14.876.034,99	4,20%	8,70%	0,08%
			PGA	949.759,43	2,66%	0,56%	0,00%
	BTG Pactual CDB I FIC FI RF CP		B	12.738.749,42	3,60%	7,45%	0,28%
			PGA	1.273.683,04	3,56%	0,74%	0,03%
	SANTANDER FIC FI INST. RF REF DI	SANTANDER	A	1.598.304,44	0,06%	0,93%	0,03%
			B	12.968.039,54	3,66%	7,58%	0,28%
			PGA	1.195.361,22	3,34%	0,70%	0,03%
	ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI	ITAÚ	A	56.729.857,89	2,14%	33,16%	0,33%
			B	15.886.677,83	4,48%	9,29%	0,09%
			PGA	1.660.503,63	4,64%	0,97%	0,01%
	SAFRA CAPITAL MARKET PREMIUM FIC REF	SAFRA	A	18.993.829,63	0,72%	11,10%	0,32%
B			17.279.273,16	4,88%	10,10%	0,29%	
PGA			1.582.515,81	4,43%	0,93%	0,03%	
TOTAL			171.074.292,15	5,62%	100,00%		



Política de Investimentos 2026-2030

No processo de planejamento de suas Políticas de Investimentos, a PREVIRB adota um horizonte estratégico de 60 meses, com revisões anuais, em estrita observância às diretrizes das Resoluções CMN nº 4.994/2022 e PREVIC nº 23/2023, bem como suas respectivas alterações.

Para o ciclo de 2026 a 2030, foram implementados os ajustes necessários para

alinhar a estratégia ao novo cenário econômico, mantendo-se, contudo, as diretrizes fundamentais de macroalocação dos recursos garantidores e as determinações das normas citadas no parágrafo anterior. Essas políticas estabelecem os parâmetros para a aplicação das reservas dos Planos administrados pela PREVIRB, fundamentando-se nas seguintes características principais:

PLANOS	CNPJ DOS PLANOS	CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB	META ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PLANO PREVIDENCIAL A - BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)	48.306.554/0001-48	1977.0001-18	100% da variação do INPC + 3,79% a.a.*
PLANO PREVIDENCIAL B - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)	48.307.197/0001-32	2003.0019-56	100% da variação do CDI*
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	29.959.574/0001-73	-	100% da variação do CDI

* Para os benefícios definidos do Plano A e do Plano B (parcela mutualista), a meta atuarial foi definida como a variação do INPC + 3,79%. O índice de referência estabelecido na política para o Plano B (parcela quotizável) é o CDI.





Os itens a seguir se referem aos Planos Previdenciais A e B e ao PGA, e complementam as informações contidas no Capítulo IV, Art.19, da Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.

QUADRO DE PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS

DERIVATIVOS	APREÇAMENTO	PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS
<p>É permitida a utilização dos instrumentos derivativos que tenham como finalidade a proteção dos investimentos, desde que na modalidade “com garantia”, respeitando cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e alterações.</p>	<p>A metodologia para apuração deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela PREVIRB (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e suas alterações.</p>	<p>A Entidade adota ao longo da vigência da política, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos de regras</p>





Quadro Resumo dos Limites e Meta/Índice de Referência

PLANO PREVIDENCIAL A

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa	100%	80,00%	100,00%
Renda Variável	70%	14,00%	25,00%
Estruturado	20%	1,00%	6,50%
Imobiliário	20%	3,50%	8,00%
Operações com Participantes	15%	0,50%	2,00%
Exterior	10%	1,00%	1,50%

PLANO PREVIDENCIAL B

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa	100%	81,00%	100,00%
Renda Variável	70%	14,00%	25,00%
Estruturado	20%	2,00%	6,50%
Imobiliário	20%	1,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	1,00%	5,00%
Exterior	10%	1,00%	1,50%



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%





A Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações, determina que as Entidades designem o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), que será o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos e pela prestação de informações

relativas à aplicação desses recursos. Determina, ainda, a designação do administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o porte e a complexidade da Entidade. A seguir estão indicados o AETQ, o ARGR e o ARPB da PREVIRB.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO - AETQ

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
AETQ	081.162.557-54	MARCEL LEAL DA SILVA	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS - ARGR

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARGR	089.746.157-62	THIAGO GOMES DO CARMO	SUPERINTENDENTE GERAL

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS - ARPB

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARPB	099.320.047-82	LEONARDO MARIANO BAPTISTA	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

O ARGR da Fundação, após análise e avaliação, certifica a aderência dos seguintes riscos: de mercado, de crédito, de liquidez, legal, operacional, sistêmico, atuarial e de solvência, conforme indicado no quadro ao lado:

AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCO

TIPO	ADERÊNCIA
Risco de Mercado	✓
Risco de Crédito	✓
Risco de Liquidez	✓
Risco Legal	✓
Risco Operacional	✓
Risco Sistêmico	✓
Risco Atuarial	✓
Risco de Solvência	✓

As Políticas de Investimentos estão disponíveis na íntegra no [site](#) da PREVIRB para consulta pelos Participantes e Assistidos.



Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 3

Benefícios

- Estatuto e Regulamentos - 51
- Gestão Previdencial - 52
- Plano Previdencial A - 55
- Plano Previdencial B - 62
- Recadastramento - 69



Estatuto e Regulamentos



ESTATUTO

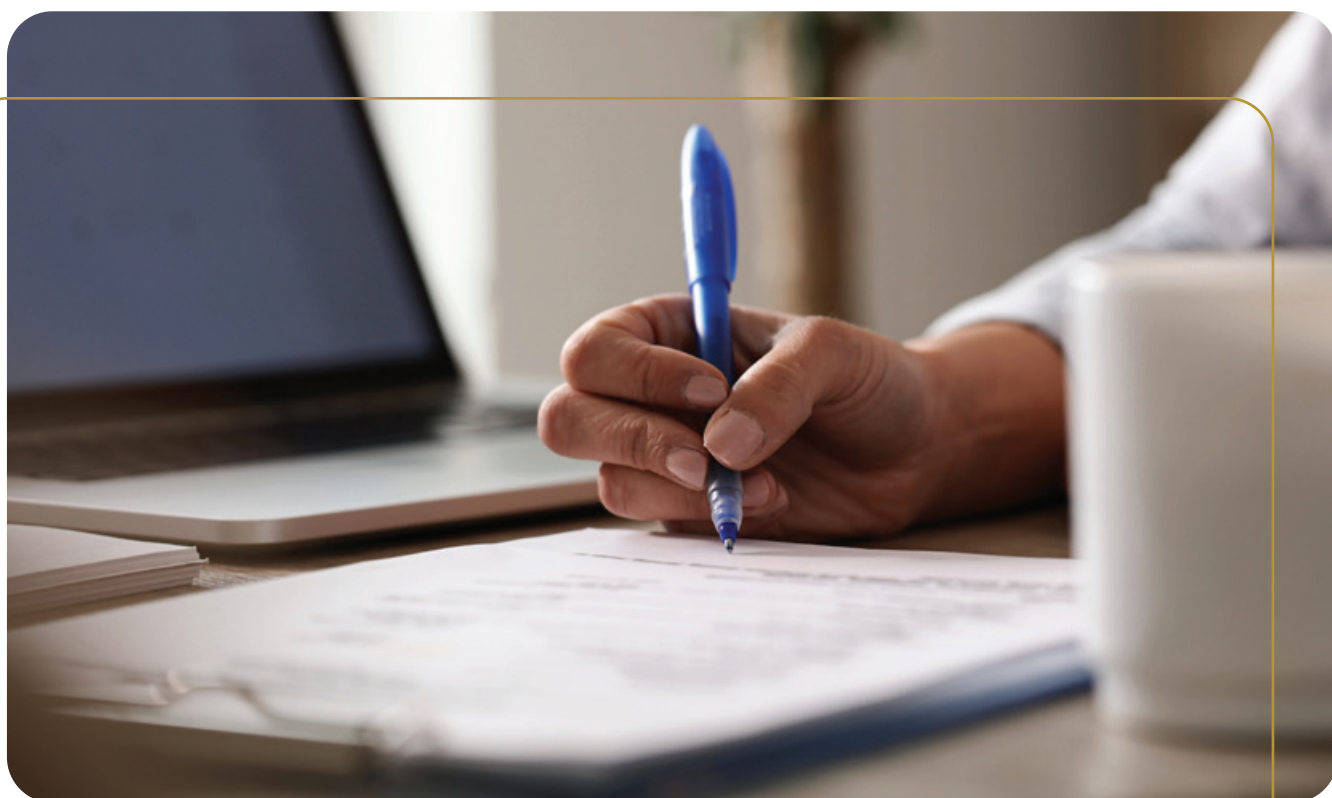
Não houve alteração no Estatuto no exercício de 2025.

REGULAMENTO DO PLANO PREVIDENCIAL A

Não houve alteração no Regulamento do Plano Previdencial A no exercício de 2025.

REGULAMENTO DO PLANO PREVIDENCIAL B

Não houve alteração no Regulamento do Plano Previdencial B no exercício de 2025.





Gestão Previdencial

REGRAS ATUARIAIS

Anualmente, deve ser realizada avaliação atuarial para a apuração e o registro do resultado dos Planos de Benefícios no balanço patrimonial, posicionada no encerramento de cada exercício.

Previamente à realização das avaliações atuariais, deve ser atestada, por meio de estudo específico, a aderência das hipóteses que serão adotadas.

A proposição e a validação das hipóteses adotadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios são de responsabilidade exclusiva do atuário do Plano, assim como a responsabilidade pela aprovação das hipóteses propostas compete aos membros estatutários da PREVIRB, sem prejuízo da responsabilidade atribuível a outros profissionais que tenham contribuído para a realização dos estudos.

ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

É determinado que toda hipótese atuarial utilizada na avaliação atuarial do Plano de Benefícios esteja embasada em estudo técnico de adequação.

Esse estudo é o instrumento técnico por meio do qual devem ser demonstradas, para cada Plano de Benefícios:

I - A convergência entre a hipótese de taxa real anual de juros e a taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores relacionados aos benefícios a conceder e concedidos, que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente; e

II - A aderência das demais hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de Participantes e Assistidos, bem como dos Plano de Benefícios.

Esse estudo tem validade geral máxima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua realização. Contudo, com relação à hipótese de taxa de juros real, o estudo técnico terá validade específica de 1 (um) ano.

Com o objetivo de mitigar o risco atuarial – definido como o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem ou se revelem pouco aderentes à massa de Participantes, bem como o risco decorrente do uso de metodologias que se mostrem inadequadas às características dos Planos – a PREVIRB acompanha, anualmente, o resultado dos testes de aderência das hipóteses.

Para o ano de 2025, optou-se por realizar, no Plano Previdencial A (Plano A), os seguintes testes: **Mortalidade**



Geral, Mortalidade de Inválidos, Taxas de Juros e Fator de Capacidade.

No Plano A, a hipótese de Entrada em Invalidez não foi testada, pois não houve eventos suficientes para a realização do teste. Também não foi testada a hipótese de Rotatividade, em razão da reduzida massa de Participantes (somente 1 Participante com benefício saldado), sem contribuições normais ao Plano, sendo remota a probabilidade de portabilidade e saída do Plano.

A hipótese de Composição Familiar também não foi testada, pois o Plano A utiliza a Família Real dos Assistidos para o cálculo das reservas. Além disso, a hipótese sobre a Expectativa de Crescimento Salarial não é mais aplicável, uma vez que o último Participante Ativo do Plano A aposentou-se em outubro de 2019. Com relação ao crescimento dos benefícios, o critério encontra-se definido no Regulamento, correspondendo ao INPC para os benefícios suplementares.

No Plano Previdencial B (Plano B), optou-se por realizar os seguintes testes: **Mortalidade Geral, Taxa de Juros, Fator de Capacidade, Crescimento Salarial, Rotatividade e Composição Familiar.**

No Plano B, não foram testadas as hipóteses de Mortalidade de Inválidos e Entrada em Invalidez, por não haver eventos suficientes para a realização de testes na base. Também não foi testada a hipótese de Crescimento de Benefícios, pois o critério encontra-se definido no Regulamento e corresponde ao INPC.

Após a realização dos testes, as premissas foram avaliadas e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, em conformidade com a legislação vigente.

Dentre as premissas estudadas, destacam-se a tábua de mortalidade, utilizada para estimar a longevidade dos Assistidos que recebem benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia (RMV), e a taxa anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios futuros dos Planos.

A cada avaliação de encerramento de exercício, a PREVIRB monitora a evolução das massas de Assistidos e a compara com a massa esperada pela tábua de mortalidade adotada, com o objetivo de demonstrar que a tábua utilizada representa a realidade do grupo.

Com base no estudo de aderência realizado em 2025 para os Planos A e B, foi indicada a manutenção da tábua de mortalidade utilizada em 2024, qual seja: AT-2000 M&F (Suavizada em 10%) para o Plano A e AT-2000 M&F (Suavizada em 10% e Desagravada em 10%) para o Plano B.

Com relação à taxa anual de juros, no Plano B foi necessária a elevação da taxa, que passou de 3,76% a.a., utilizada nos últimos anos, para 3,79% a.a., a partir de dezembro de 2025. Tal mudança ocorreu por força de legislação, uma vez que o limite inferior do intervalo previamente aprovado pela PREVIC foi fixado em 3,79% a.a. Esta alteração também foi



aplicada ao Plano A, com o intuito de manter ambos os Planos com a mesma taxa atuarial, prática adotada pela Fundação.

O **Plano A** encontra-se em estágio de elevada maturidade, com R\$ 1,89 bilhão em provisões matemáticas, em que a quase totalidade dos Participantes está em fase de recebimento de benefícios. Com base nos resultados dos testes, foram mantidas todas as premissas do ano anterior.

O **Plano B**, por sua vez, é um Plano mais jovem, no qual a maioria dos Participantes está em fase de acumulação de contribuições. Os estudos técnicos concluíram pela manutenção de todas as hipóteses vigentes, com exceção da premissa de rotatividade, que foi ajustada de 9% para 5%.

Abaixo apresentamos as hipóteses aprovadas:

HIPÓTESES	PLANO PREVIDENCIAL A	PLANO PREVIDENCIAL B
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M&F (Suavizada em 10%)	AT-2000 M&F (Suav. em 10% e Des. em 10%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85	MI-85
Taxa de Juros Técnicos	3,79% a.a.	3,79% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Projeção de Crescimento Salarial	Nulo	2,00% acima do IPCA
Rotatividade	Nula	5,00%
Custo de Pensão		
Benefícios a Conceder	Família Real	Família Padrão
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real
REGIME FINANCEIRO E MÉTODO FINANCEIRO	Plano Previdencial A	Plano Previdencial B
Renda de Aposentadoria		Capitalização
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização e Agregado	Capitalização e Sistema Misto
Pensão por Morte		Repartição de Capitais de Cobertura
Pecúlio por Morte		Repartição Simples
Auxílio-Funeral	-	Repartição Simples
Renda Temporária de Auxílio-Doença	-	Repartição de Capitais de Cobertura



Plano Previdencial A

Perfil dos Participantes

O Plano Previdencial A possui dois grupos de custeio: Grupo Plano A e Grupo “Pré-68” (Participantes admitidos no Patrocinador IRB(Re) até 31/12/1968). No Grupo “Pré-68”, há Assistidos cujos benefícios são de responsabilidade do IRB(Re) e da PREVIRB, e outros cujos benefícios são de inteira responsabilidade do IRB(Re).

Em dezembro de 2025, o número de Assistidos (1.302 Assistidos e Pensionistas) correspondia a 99,92% do total de Participantes do Plano, contra 0,08% (1 Participante) com benefícios a conceder.

Observa-se, também, que a idade média dos Assistidos no “Grupo Plano A” passou de 74,4 para 74,8 anos de idade, enquanto no “Grupo Pré-68”, não

houve alteração, permanecendo em 87,8 anos.

Ao final do exercício de 2025, o Plano A atingiu a marca de 1.275 benefícios pagos mensalmente, frente a 1.305 no ano anterior, além de 27 benefícios de responsabilidade exclusiva do IRB(Re), frente a 28 no ano anterior.

No período, foram registradas as seguintes ocorrências: 43 falecimentos de Assistidos e Pensionistas; e a concessão de 12 novas pensões.

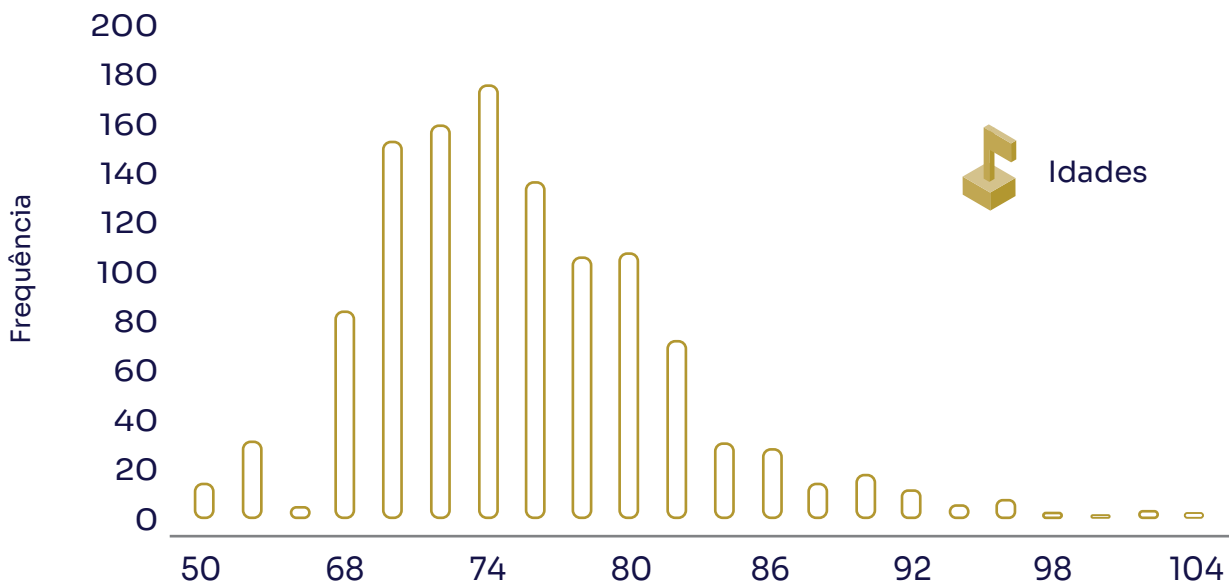
As idades dos Segurados do Grupo de Custeio Plano A estão compreendidas na faixa de 18 a 104 anos, considerando Assistidos e Pensionistas, com média de 74,8 anos. Já no Grupo de Custeio do “Pré-68”, as idades variam de 77 a 110 anos, com média de 87,8 anos.





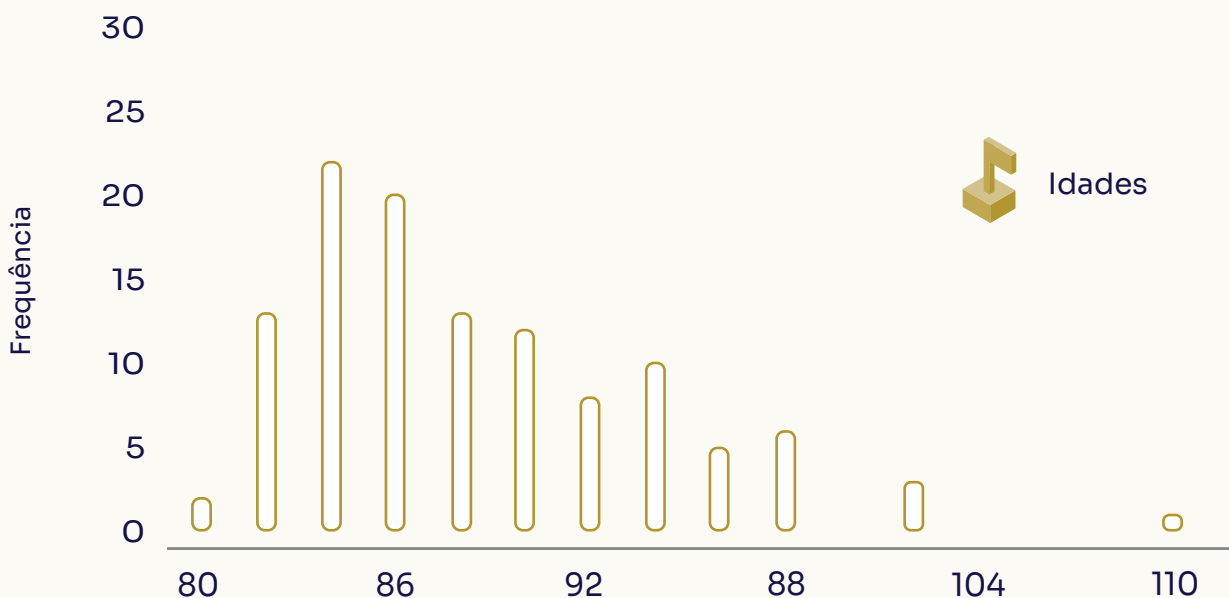
Plano Previdencial A

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade em 31/12/2025



Plano Previdencial A - Grupo Pré-68

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade em 31/12/2025



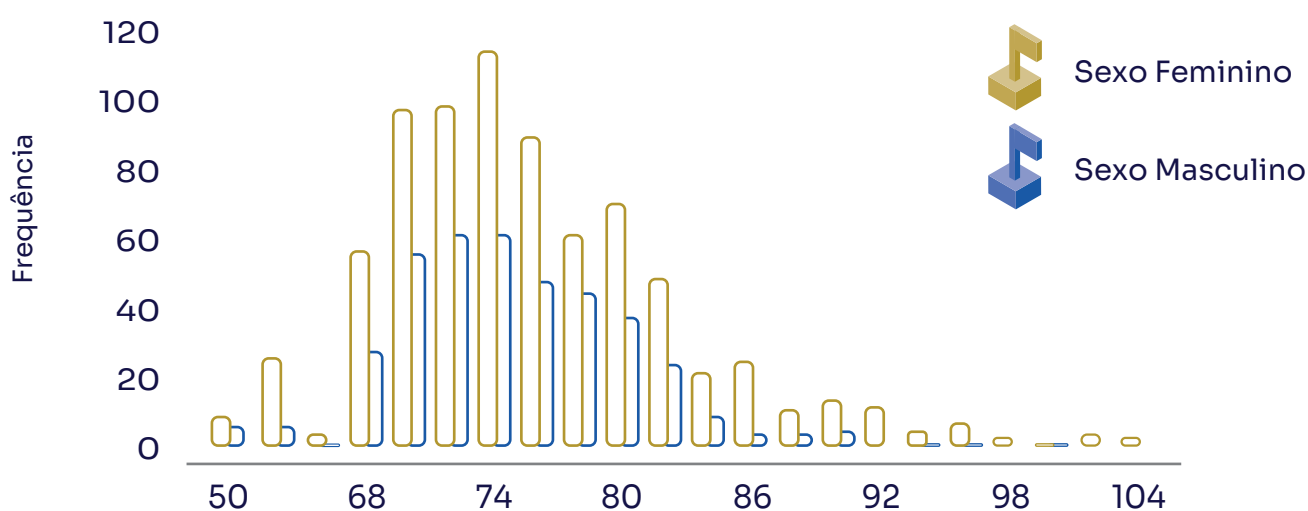


A distribuição dos Segurados do Grupo de Custeio Plano A, por sexo e idade, mostra predominância feminina em todas as faixas etárias – 66% são mulheres e 34% são homens.

No Grupo de Custeio “Pré-68”, também há predominância de mulheres em todas as faixas etárias – 65% são mulheres e 35% são homens.

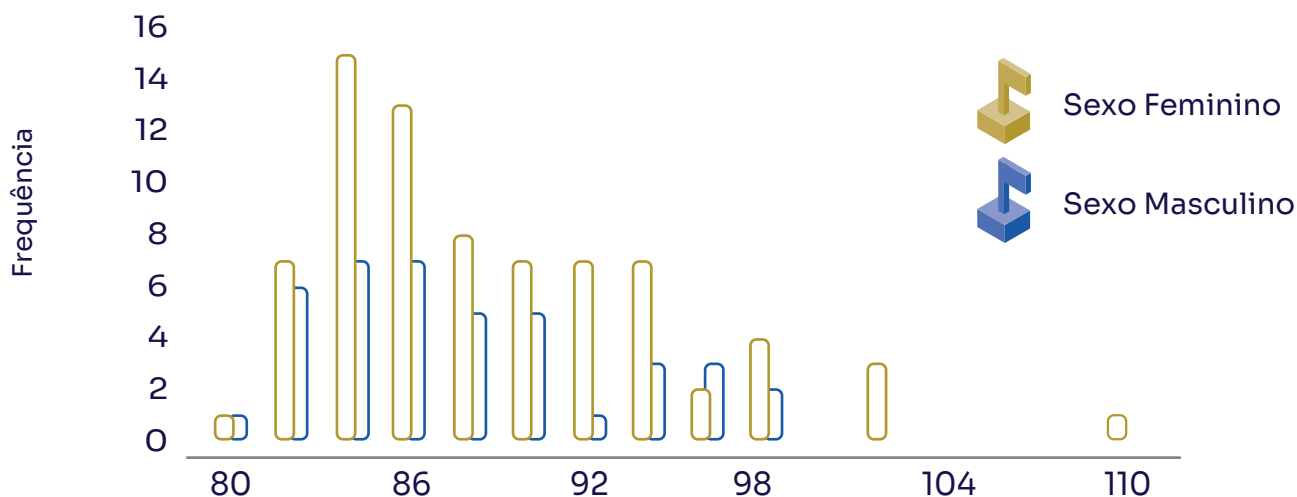
Plano Previdencial A

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade e Sexo em 31/12/2025



Plano Previdencial A - Grupo Pré-68

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade e Sexo em 31/12/2025





Despesas com Benefícios

O Plano A realizou o pagamento de benefícios no valor total de R\$ 152 milhões, o que representa um aumento de 2,73% em relação ao exercício anterior (R\$ 147,9 milhões).

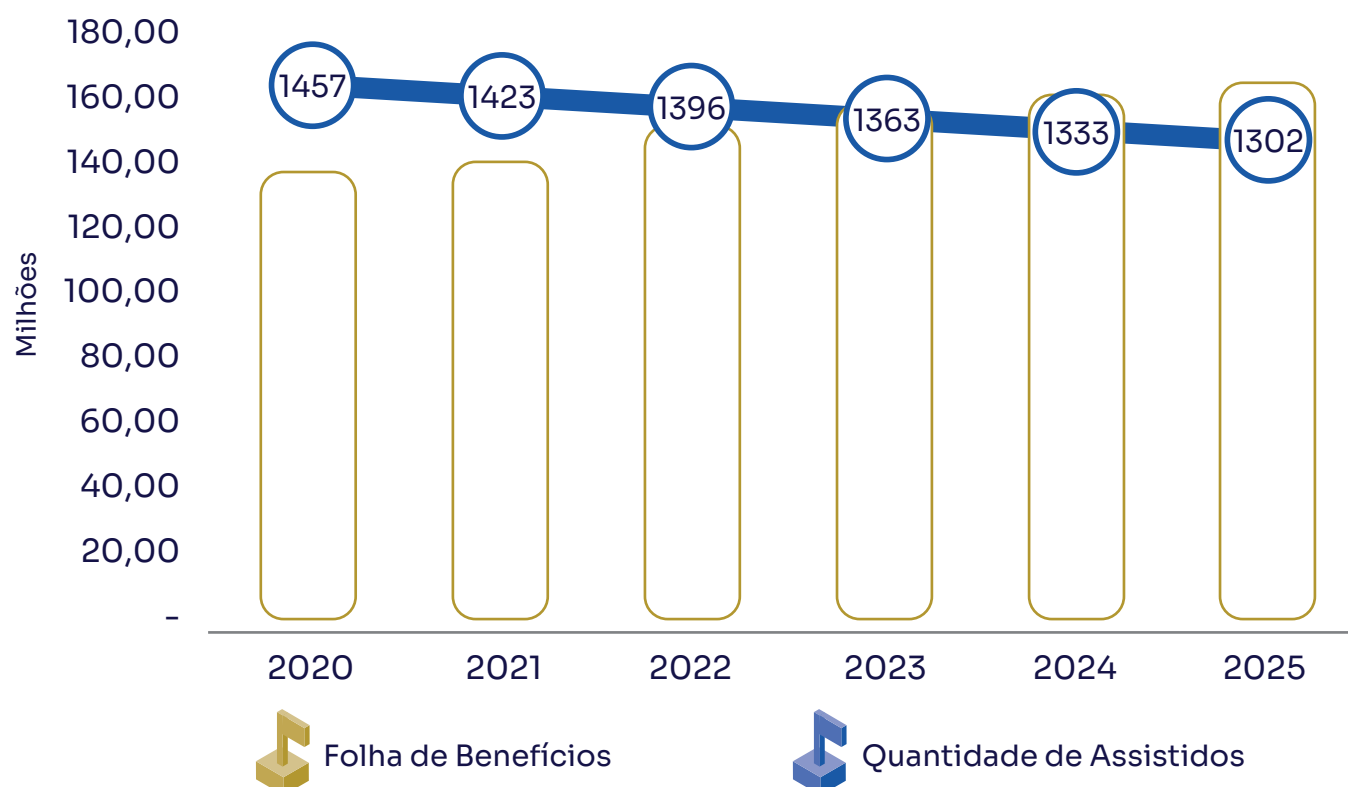
Como já mencionado, o Plano está em fase madura, na qual praticamente todos os Participantes estão na condição de Assistidos, não havendo receitas previdenciárias. O equilíbrio do Plano é mantido com recursos originados da gestão dos ativos.

Desde janeiro de 2016, a PREVIRB efetua o pagamento dos benefícios dos

Assistidos do Grupo de Custeio “Pré-68”. Para isso, o IRB(Re) repassa mensalmente à PREVIRB, antes da data de pagamento, o valor correspondente à sua responsabilidade.

Cabe destacar que, durante o exercício de 2025, o pagamento da folha de benefícios desse grupo foi efetuado via encontro de contas, com a utilização dos recursos alocados nos Fundos de Revisão do Plano – parcela do Patrocinador. O total pago em benefícios a este grupo, em 2025, foi de R\$ 18,01 milhões, o que representa uma redução de 7,28% em relação ao exercício anterior (R\$ 19,43 milhões).

Plano Previdencial A – Grupo Plano A e Grupo “Pré-68” Histórico da Folha de Benefícios e Número de Assistidos





Em 23 de outubro de 2023, foi publicada a Portaria PREVIC nº 925, de 19 de outubro de 2023, que comunicou a aprovação da forma de distribuição do superávit 2018, na forma de Benefício Eventual Temporário (BET) aos Participantes e Assistidos do Plano Previdencial A, bem como a reversão de valores ao Patrocinador IRB(Re), caso haja saldo favorável após o encontro de contas anteriormente realizado com os valores a receber do exercício de 2017.

Com relação à distribuição de superávit referente ao exercício de 2018, o valor deste foi novamente corrigido pelo INPC em novembro de 2025, considerando o período de 1º de novembro de 2024 até 31 de outubro de 2025, garantindo a atualização dos valores do Fundo.

O valor global, que era de R\$ 39.409.639,85 em outubro de 2024, passou a ser de R\$ 41.178.211,50 em novembro de 2025. Após o reajuste, a parcela do Fundo referente aos Participantes e Assistidos passou a ser de R\$ 21.614.442,45, e a parcela referente ao Patrocinador, de R\$ 19.564.769,05.

Cabe reforçar que, os recursos recebidos pelo Patrocinador, referentes ao exercício de 2018, serão utilizados, primeiramente, para o abatimento da folha de benefícios do Grupo “Pré-68”. Somente após a quitação desse compromisso poderá ocorrer a reversão de valores.

Em dezembro de 2025, foi registrado o pagamento da parcela 26/36, restando

no Fundo o valor de R\$ 18.567.556,99, referente à parcela dos Participantes, e R\$ 16.303.974,19, referente à parcela do Patrocinador. Com isso, o Fundo para Revisão do Plano – Reserva Especial de 2018 registrou, no balanço, o valor total de R\$ 34.871.531,18.

Consta também no balanço o Fundo para Revisão do Plano – Reserva Especial de 2021, no valor de R\$ 12.599.305,93. Neste exercício, foi constituído ainda um novo Fundo para Revisão do Plano – Reserva Especial de 2022, no valor de R\$ 134.010.257,91.

Quanto à distribuição relativa ao exercício de 2021, a expectativa da Fundação é que o processo seja concluído, no âmbito da PREVIC, no primeiro semestre de 2026. Na sequência, será protocolado o pedido de utilização do Fundo de 2022.



Reserva Matemática

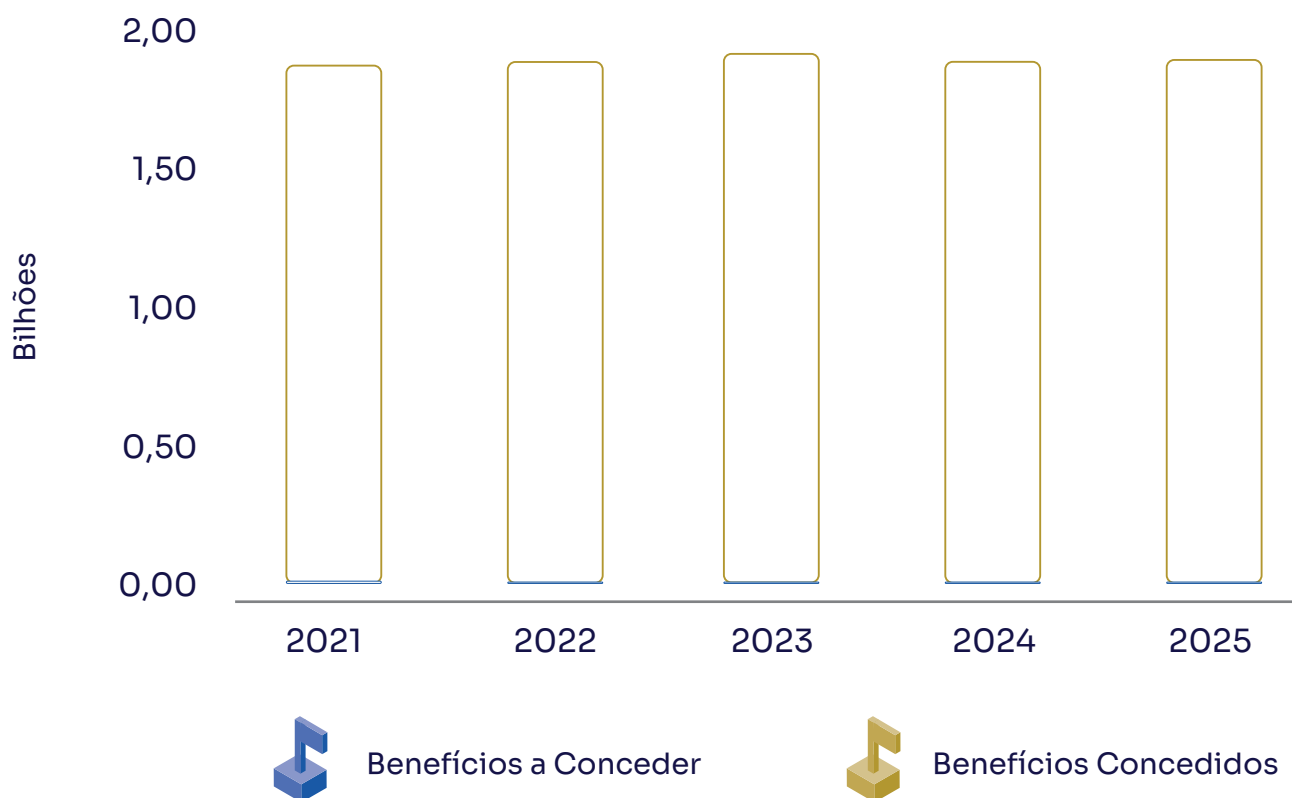
No exercício de 2025, a Reserva Matemática aumentou em R\$ 11 milhões, atingindo o montante de R\$ 1,89 bilhão, já incluído o valor referente ao Grupo “Pré-68” (R\$ 112,5 milhões).

A variação da provisão é decorrente da avaliação atuarial de 2025, em que se atualizou a reserva considerando o período de dezembro de 2024 a novembro de 2025, além do reflexo advindo

da atualização cadastral (valores reais de benefícios, informações de dependentes, dentre outros) e de oscilações atuariais.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos cinco anos. Cabe destacar que o montante engloba o valor da Reserva do Grupo “Pré-68”, que, embora esteja contabilmente segregada, para efeitos de totalização, no gráfico abaixo, está sendo considerada.

PLANO PREVIDENCIAL A





Reservas de Contingência e Especial

O superávit apurado ao final do exercício foi alocado na Reserva de Contingência e na Reserva Especial.

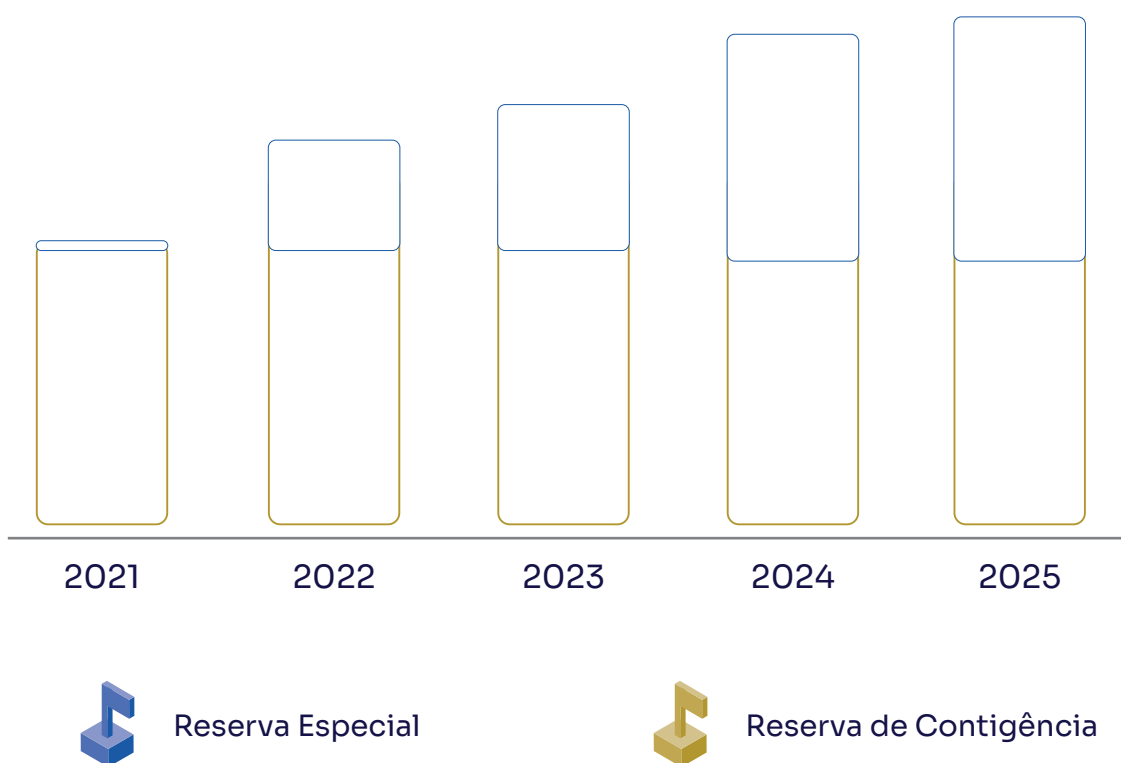
O limite da Reserva de Contingência, considerando a *duration* do passivo de 8,5384 anos – apurada em 31/12/2025 – é de 18,5384% das Provisões Matemáticas Totais do Plano.

Importante registrar que o referido su-

perávit se refere integralmente ao Grupo Plano A, a cargo da PREVIRB.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano A possui patrimônio de R\$ 2,56 bilhões, e, portanto, superior às Provisões Matemáticas Globais, avaliadas em R\$ 1,89 bilhão, conduzindo ao superávit técnico de R\$ 669,51 milhões – sendo R\$ 351,13 milhões alocados na Reserva de Contingência e R\$ 318,38 milhões na Reserva Especial para Revisão do Plano.

PLANO PREVIDENCIAL A



Reserva Especial



Reserva de Contingência

Plano Previdencial B

Fatos Relevantes

PDV (Programa de Demissão Voluntária)

No exercício de 2025, ocorreu o terceiro processo de PDV no Patrocinador IRB(Re). Em função disso, a Fundação

registrou os seguintes impactos:

Das 21 pessoas que aderiram ao terceiro PDV, 20 estavam inscritas na PREVIRB. A seguir, apresenta-se o quadro com as opções efetuadas pelos Participantes e o respectivo impacto de saída de recursos do Plano B:

Opção	Situação Atual		
	Participantes	Saldo de Contas	Impacto
Portabilidade	4	R\$ 4.082.054,69	R\$ 4.082.054,69
Saque	5	R\$ 927.774,19	R\$ 927.774,19
Resgate	3	R\$ 23.666,96	R\$ 11.883,48
Autopatrocínio	2	R\$ 1.060.559,64	-
RMV	1	R\$ 1.144.811,71	-
BPD	5	R\$ 336.245,28	-
Total Geral	20	R\$ 7.575.112,47	R\$ 5.021.662,36



Perfil dos Participantes

Conforme já mencionado, o Plano Previdencial B é um Plano jovem e apresenta maior dinamismo na entrada e saída de Participantes.

Ao final do exercício de 2025, o Plano contava com 660 Participantes, representando um aumento de 0,92% em relação a 2024, conforme demonstrado no quadro comparativo a seguir:

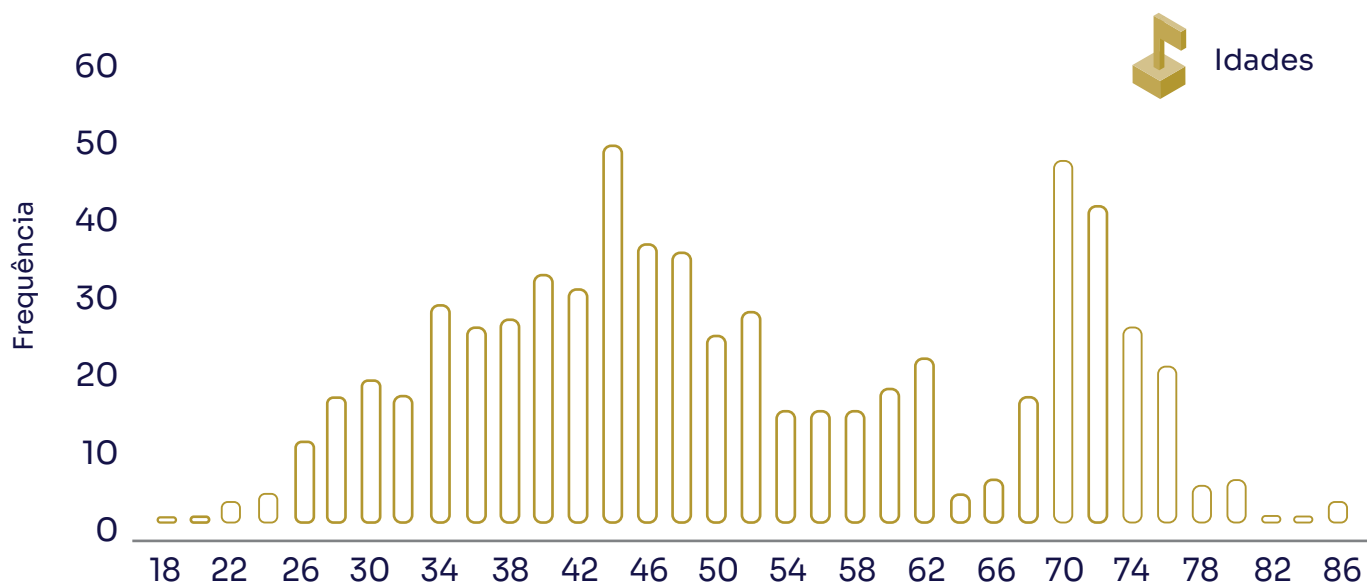
Participantes	2024	2025
Ativos	324	321
Autopatrocinados	138	131
Remidos	52	62
Assistidos	126	131
Pensionistas	14	15
Total	654	660



As idades dos Participantes estão compreendidas na faixa de 18 a 86 anos, apresentando uma média de 50,70 anos.

Plano Previdencial B

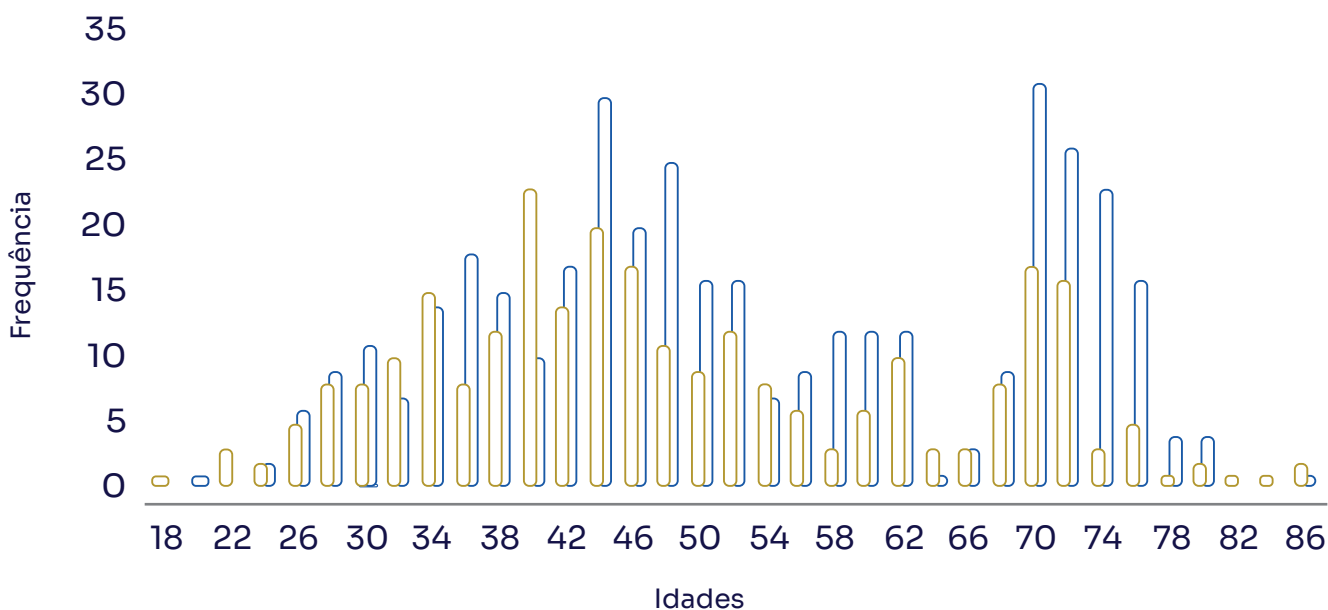
Distribuição de Participantes por Idade em 31/12/2025



A distribuição dos Participantes por sexo e idade mostra a predominância masculina na maioria das faixas de idade. No total, 58,6% são homens e 41,4% são mulheres.

Plano Previdencial B

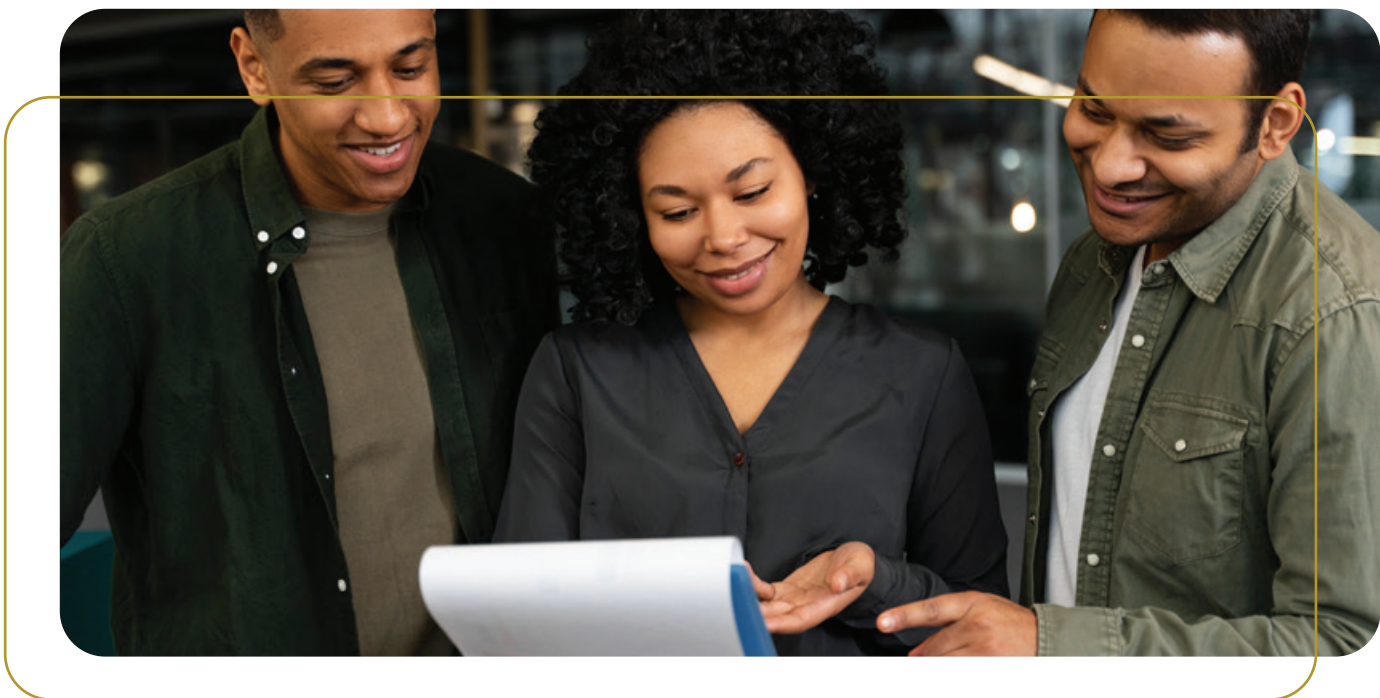
Distribuição de Participantes Assistidos por Idade e Sexo em 31/12/2025



Sexo Feminino



Sexo Masculino





Receita de Contribuições

As contribuições do Plano Previdencial B aumentaram 13,63% em relação ao ano anterior. O valor passou de R\$ 19,29 milhões para R\$ 21,92 milhões.

Essa variação nas contribuições previdenciais reflete a maior rotatividade existente no Plano B e o fato dele ser estruturado na modalidade Contribuição Variável, o que permite aos Participantes alterar seus percentuais de contribuição até duas vezes ao ano.

Além disso, o Plano de custeio vigente a partir de abril de 2025 também trouxe um incremento na contribuição destinada aos benefícios de Pensão por Morte, Pecúlio e Auxílio-Doença.

Despesas com Benefícios, Resgates e Portabilidade

As despesas com benefícios aumentaram 7,39% em relação ao exercício de 2024, passando de R\$ 7,58 milhões para R\$ 8,14 milhões.

Quanto à opção pelo Saque, houve uma redução de 37,72%, passando de R\$ 5,84 milhões para R\$ 3,64 milhões.

Observou-se, ainda, um aumento na saída de recursos por meio da Portabilidade, de 119,22%, passando de R\$ 5,88 milhões em 2024, para R\$ 12,89 milhões em 2025. O principal fator foi a oferta de programas de demissão voluntárias (PDV) pelo Patrocinador IRB(Re).

Fundos de Cobertura de Risco do Plano Previdencial B

Os Fundos Previdenciais do Plano apresentaram um aumento de 13,65% quando comparados ao exercício anterior. Esse resultado decorre do fato de que as contribuições e o retorno dos investimentos superaram os sinistros ocorridos no período.

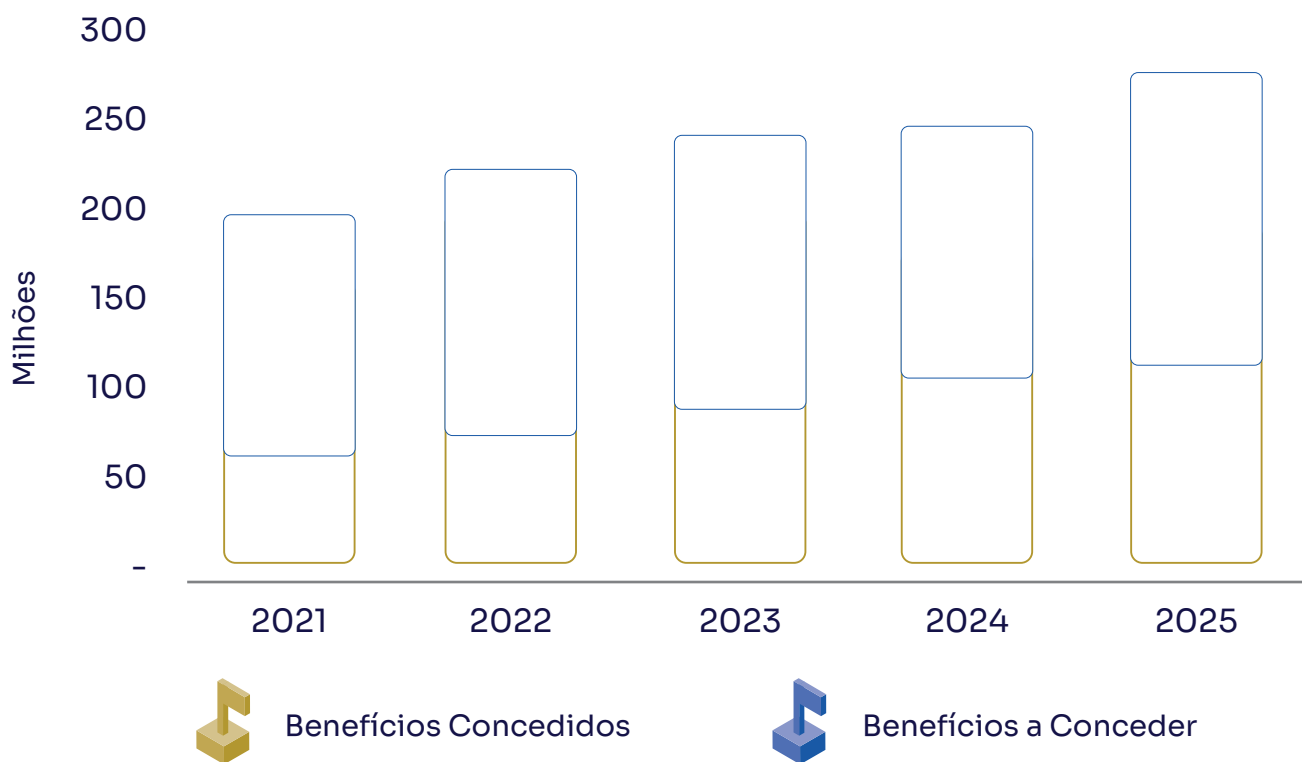
Fundo de Cobertura	dez/24	dez/25	Varição em Reais (A)	Varição em Reais (B)
Risco de Morte	R\$ 43.434.435	R\$ 48.511.885	5.077.449,72	11,69%
Auxílio-Doença	R\$ 1.119.703	R\$ 1.489.005	369.302,85	32,98%
Risco de Invalidez	R\$ 21.118.827	R\$ 24.636.399	3.517.572,23	16,66%
TOTAL	R\$ 65.672.965	R\$ 74.637.289	8.964.324,80	13,65%

Reservas Matemáticas

A Reserva Matemática global aumentou 12,12% passando de R\$ 246,7 milhões em 2024 para R\$ 276,6 milhões em 2025.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos cinco anos:

PLANO PREVIDENCIAL B





Reservas de Contingência e Especial

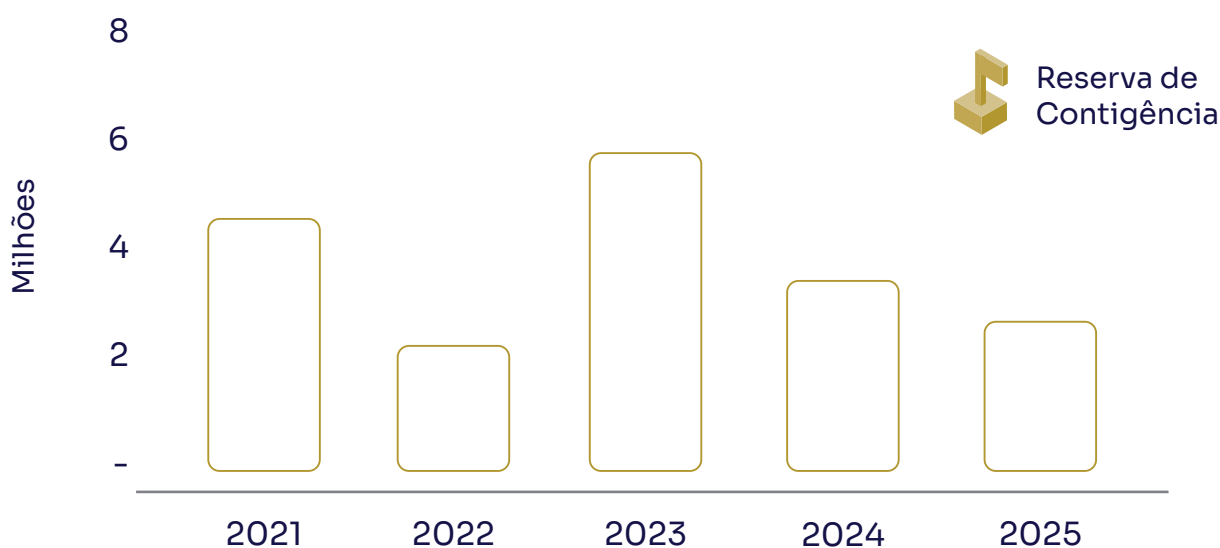
Ao final do exercício, a *duration* do Passivo, calculada pelo Atuário responsável, foi de 11,42 anos. Com isso, o resultado superavitário a ser destinado à constituição da Reserva de Contingência passou a ser de 21,42%, percentual máximo a ser aplicado na Reserva de Benefício Definido.

O Balanço Patrimonial revela que, ao

comparar as Provisões Matemáticas do Plano B – de R\$ 276,6 milhões – com o Patrimônio de Cobertura do Plano – de R\$ 279,3 milhões –, verifica-se um superávit técnico de R\$ 2,7 milhões, sendo esse valor alocado na Reserva de Contingência.

Destacamos que, no período representado no gráfico abaixo, a Reserva Especial foi nula.

PLANO PREVIDENCIAL B



Taxa de Adesão

A adesão ao Plano Previdencial B é facultativa e pode ser realizada a qualquer momento, desde que haja vínculo empregatício com um dos Patrocinadores do Plano.

Ao final do exercício de 2025, o índice de adesão ao Plano era de 89,6% do total de empregados dos Patrocinadores.

2021	90,07%
2022	86,96%
2023	88,64%
2024	88,73%
2025	89,60%



Recadastramento

É dever da Fundação garantir, de forma contínua, a confiabilidade, a atualização e a integridade do Cadastro de Participantes.

A qualidade dessa base de dados é fundamental para a precisão das avaliações atuariais, dos testes estatísticos e do acompanhamento das hipóteses que sustentam o planejamento dos Planos.

Para cumprir com esse dever, a Fundação realiza campanhas de Recadastramento, em regra, a cada dois anos. Além disso, os Participantes têm a liberdade de atualizar seus dados cadastrais a qualquer momento, pelo site (www.previrb.com.br), por meio do canal “Fale Conosco” ou envio de e-mail.

Historicamente realizado por meio de formulários físicos via Correios, o processo de Recadastramento evoluiu para um modelo híbrido, especialmente após o período da pandemia. Essa transição para o ambiente digital permitiu maior agilidade e segurança, consolidando o uso de sistemas informatizados e do Portal da PREVIRB.

Em 2025, o processo de Recadastramento apresentou um avanço significativo, atingindo 74,53% da massa total de Participantes — um crescimento relevante frente aos 68,30% registrados em 2023. Na análise por Plano, observou-se que o Plano A obteve um índice de adesão de 78,12%, enquanto o Plano B registrou 67,23%.





PLANO A	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	1	1	100,00%
ASSISTIDOS	1.028	813	79,09%
PENSIONISTAS	292	218	74,66%
TOTAL PL. A	1.321	1.032	78,12%

PLANO B	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	505	338	66,93%
ASSISTIDOS	130	88	67,69%
PENSIONISTAS	15	11	73,33%
TOTAL PL. B	650	437	67,23%

PLANO A + B	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	506	339	67,00%
ASSISTIDOS	1.158	901	77,81%
PENSIONISTAS	307	229	74,59%
TOTAL GERAL	1.971	1.469	74,53%



Sumário

 **PREVIRB**

CAPÍTULO 4

Administração

Administração Geral - 72

Despesas Administrativas - 72

Fontes de Custeio - 73

Plano de Gestão Administrativa - 74

Evolução do Fundo Administrativo - 75



Administração Geral

Durante o exercício de 2025, a PREVIRB manteve sua estrutura atualizada e adequada para atender plenamente às suas necessidades operacionais. A Fundação encerrou o exercício com seu quadro

funcional contendo 19 empregados, distribuídos nas Gerências de Infraestrutura, Financeira e de Investimentos, de Seguridade e Atuária, além da Superintendência.

Despesas Administrativas

O Conselho Deliberativo é responsável por definir os critérios quantitativos e qualitativos para a realização de tais despesas, possibilitando a avaliação da relação entre a necessidade e a adequação dos gastos com os resultados obtidos.

Para o exercício de 2025, o limite máximo aprovado para o índice composto entre as Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores dos Planos foi de

0,45%. A Fundação encerrou o exercício apresentando o resultado de 0,43%.

Dos R\$ 12,938 milhões orçados, foram efetivamente gastos R\$ 12,937 milhões, representando uma variação de 0,01%.

A seguir, apresenta-se tabela com a evolução comparativa entre o total das Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores nos últimos dois anos.

Em Reais

EVOLUÇÃO COMPARATIVA	2024	2025
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (A)	12.063.763	12.937.409
RECURSOS GARANTIDORES (B)	2.854.251.270	3.005.732.422
RELAÇÃO % (A / B)	0,42%	0,43%



Fontes de Custeio

Atualmente, está vigente o seguinte Plano de Custeio Administrativo:

(i) taxa de administração de 0,10% ao ano sobre o total dos investimentos do Plano A e do Plano B;

(ii) custeio administrativo dos investimentos para cobertura das despesas de investimentos dos Planos A e B;

(iii) taxa de carregamento nula para ambos os Planos Previdenciais A e B;

(iv) apropriação no PGA dos resultados positivos dos investimentos realizados, incluindo o retorno do próprio investimento dos recursos do PGA;

(v) rateio das despesas entre os Planos de forma proporcional ao tamanho do patrimônio de cada um deles, conforme regra de rateio anteriormente aprovada.

Em Reais

CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2024	2025
TAXA DE CARREGAMENTO	-	-
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EMPRÉST. FINANC.	27.370	37.291
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	9.189.955	9.528.096
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	2.714.104	4.647.059
OUTRAS RECEITAS	436.498	113.550
TOTAL DAS RECEITAS	12.367.926	14.325.995

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimentos, deduzidas das despesas específicas da Gestão Previdencial e dos Investimentos. As sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas ao/do Fundo Administrativo.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, e com aprovação do CONDEL, o Regulamento do PGA foi atualizado, com ajustes em conceitos, custeio e gestão do Fundo Administrativo. As mudanças reforçam especialmente a transparência, os indicadores de gestão e o controle orça-

mentário. A versão atualizada está disponível no [site](#) da PREVIRB.

A demonstração do PGA, apresentada a seguir, evidencia a relação entre receitas e despesas, bem como a destinação das sobras administrativas do exercício, que foram incorporadas ao Fundo Administrativo.

Observa-se que, após o período sem cobrança de taxas, a retomada da cobrança da taxa administrativa contribuiu para a recomposição e o crescimento do Fundo, fortalecendo a sustentabilidade do Plano.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	2025
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	31.075.199,40	32.357.004,73	33.967.662,37	36.620.564,01
1. Receitas Administrativas + Fluxo dos Investimentos	11.210.134,01	12.216.684,66	12.367.926,29	14.325.995,09
2. Despesas Administrativas	(9.928.328,68)	(10.606.027,02)	(12.063.763,43)	(12.937.409,92)
3. Atualização Contencioso	-	-	-	(1.582.893,92)
4. Constituição/Reversão de Provisões Contingenciais	-	-	2.348.738,78	(48.031,88)
= Constituição/Reversão de Fundos	1.281.805,33	1.610.657,64	2.652.901,64	(242.340,63)
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 1;2;3;4)	32.357.004,73	33.967.662,37	36.620.564,01	36.378.223,38



Evolução do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é utilizado para custear as operações e eventuais sobrecargas administrativas, quando as Receitas Administrativas, porventura, não forem suficientes.

No período de 2015 a 2017, o volume de recursos apresentou evolução positiva. A partir de 2018, observou-se trajetória decrescente, culminando em redução de 2,9% em 2020, em decorrência da suspensão da cobrança da taxa de carregamento, conforme estabelecido pela Resolução CONDEL nº 021, de 22 de julho de 2020.

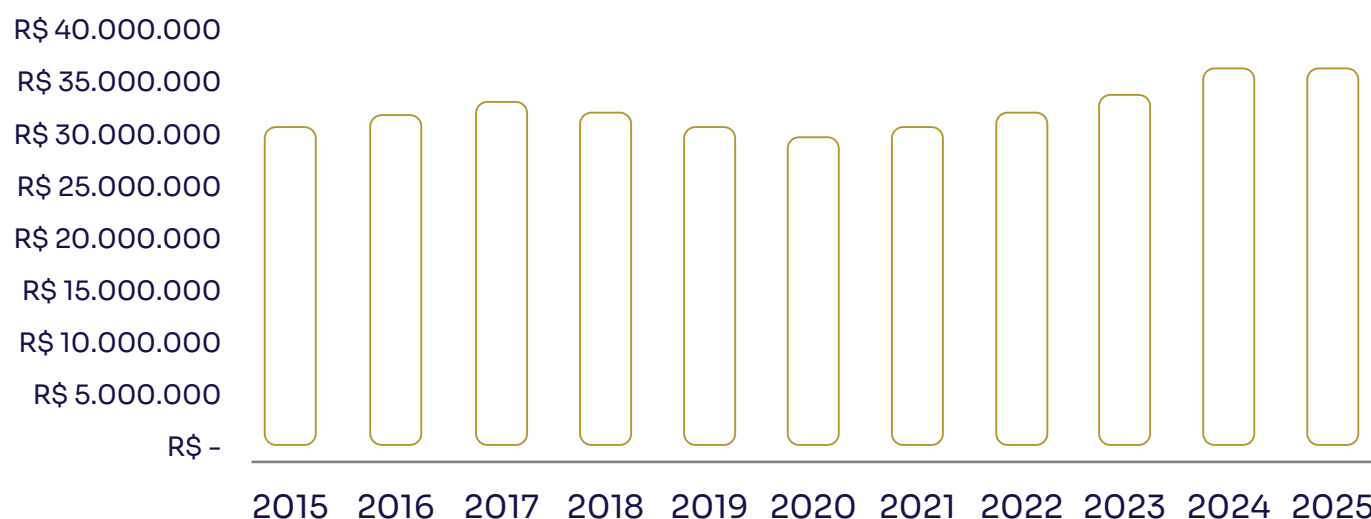
A partir de 2023, com a retomada da cobrança da taxa administrativa e a elevação da taxa Selic, que serve de referência

para os ativos do mercado financeiro, a rentabilidade alcançada com a aplicação dos recursos do PGA voltou a ser positiva, atingindo 12,29% em 2023 e 8,63% em 2024.

Em 2024, houve reversão de contingências administrativas no valor total de R\$ 2,34 milhões, o que impactou positivamente o resultado do Fundo, que atingiu R\$ 36,620 milhões, sendo esse o principal fator para o aumento observado no resultado naquele ano.

No exercício de 2025, o Fundo Administrativo totalizou R\$ 36,378 milhões, apresentando uma redução de apenas 0,6% em relação ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DO PGA





Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 5

Anexos

Anexos - 77



Clique nos links abaixo para baixar os arquivos e ver os documentos:

- ✓ Parecer Atuarial do Plano Previdencial A
- ✓ Parecer Atuarial do Plano Previdencial B
- ✓ Demonstrações Contábeis, suas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes
- ✓ Parecer do Conselho Fiscal
- ✓ Parecer do Conselho Deliberativo





Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 6

Glossário

Glossário - 79



Glossário

1. AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado): dirigente formalmente designado como responsável técnico pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos, bem como pela prestação de informações aos órgãos reguladores.

2. ALM (Asset and Liability Management): estudo de gestão integrada entre ativos e passivos, utilizado para verificar a capacidade do Plano de honrar seus compromissos futuros e suportar estratégias de investimento.

3. ARGR (Administrador Responsável pela Gestão de Riscos): profissional ou instância responsável por monitorar, avaliar e certificar a aderência dos riscos assumidos pela Entidade.

4. ARPB (Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios): responsável pela gestão e acompanhamento específico de determinado Plano de Benefícios.

5. Assistido: Participante ou beneficiário que já se encontra em fase de recebimento de benefício previdenciário.

6. Avaliação Atuarial: estudo técnico realizado anualmente por atuário habilitado para apurar provisões matemáticas, verificar o equilíbrio do Plano e registrar seus resultados no Balanço Patrimonial.

7. Balanço Patrimonial: demonstração contábil que apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data, geralmente ao final do exercício social. O Ativo reúne bens, direitos e aplicações de recursos. O Passivo compreende as obrigações com Participantes e terceiros.

8. Base Cadastral: conjunto de dados dos Participantes, Assistidos e Beneficiários utilizado como insumo fundamental para a avaliação atuarial.

9. Benchmark: indicador de referência utilizado para medir o desempenho de uma determinada ação, ativo ou fundo de investimento.

10. Benefício a Conceder: benefício previdenciário cujo direito ainda será adquirido pelo Participante, condicionado ao cumprimento dos requisitos regulamentares.

11. Benefício Concedido: benefício previdenciário já iniciado e pago ao Assistido ou Pensionista.

12. Benefício Definido (BD): modalidade de plano previdenciário em que o valor do benefício é previamente estabelecido, sendo o risco atuarial suportado pelo Plano.

**13. Benefício Eventual Temporário (BET):**

modalidade de distribuição de superávit concedida por prazo determinado aos Participantes e Assistidos, conforme aprovação regulatória.

14. Boletim Focus:

relatório divulgado pelo Banco Central do Brasil com as projeções de mercado para indicadores econômicos, como inflação, PIB, taxa de câmbio e juros.

15. Capitalização:

regime financeiro no qual as contribuições acumuladas, acrescidas de rentabilidade, formam reservas para custear benefícios futuros.

16. Conselho Deliberativo (CONDEL):

órgão máximo de governança da Entidade, responsável por decisões estratégicas e aprovação de políticas.

17. Conselho Fiscal (CONFI):

órgão responsável por fiscalizar a gestão administrativa, financeira e contábil da Entidade.

18. Copom (Comitê de Política Monetária):

órgão do Banco Central do Brasil responsável por definir a taxa básica de juros da economia (Selic).

19. Despesas Administrativas:

gastos necessários à operação da Entidade, incluindo pessoal, infraestrutura, sistemas e serviços.

20. Despesas com Benefícios:

valores pagos pelo Plano a título de benefícios previdenciários.

21. Demonstrações Contábeis:

as Demonstrações Contábeis, também denominadas “Demonstrações Financeiras”, são uma apresentação estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma Entidade ao fim do exercício fiscal. O conjunto das demonstrações contábeis está descrito nas Notas Explicativas.

22. Demonstrativo de Investimentos:

relatório que apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento, a rentabilidade obtida e a comparação com a meta atuarial e os limites legais.

23. Duration:

termo da língua inglesa utilizado para definir o prazo médio ponderado de recebimento dos fluxos de caixa ou, no caso em questão, do fluxo de pagamento de benefícios.

24. Duration do Passivo:

prazo médio ponderado das obrigações futuras do Plano, utilizado para mensurar sensibilidade a juros.

25. EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar):

entidade sem fins lucrativos que administra Planos de Previdência Complementar destinados a empregados de empresas patrocinadoras.

26. Encontro de Contas:

procedimento contábil de compensação de obrigações entre partes.



27. Equilíbrio Técnico: resultado contábil do Plano, obtido pela diferença entre o patrimônio de cobertura e as provisões matemáticas.

28. Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA): resultado do Plano após a inclusão do ajuste de precificação, utilizado para análise de solvência.

29. Estatuto: documento que estabelece as normas de organização e funcionamento da Entidade.

30. Estudo de Aderência: análise estatística que verifica se as premissas atuariais adotadas refletem adequadamente o comportamento real da massa de Participantes.

31. Estudo de Convergência: avaliação da adequação da taxa de juros real utilizada nas projeções atuariais, considerando cenários econômicos e estrutura de ativos.

32. Exigível Operacional: obrigações de curto prazo relacionadas à operação do Plano, incluindo compromissos administrativos e previdenciais.

33. Exigível Contingencial: obrigações potenciais decorrentes de eventos incertos, como processos judiciais.

34. Federal Reserve (Fed): Banco Central dos Estados Unidos, responsável pela política monetária do País.

35. FMI (Fundo Monetário Internacional): organização internacional que promove a cooperação monetária global e a estabilidade financeira.

36. Folha de Benefícios: total mensal pago aos Assistidos e Pensionistas.

37. Fontes de Custeio: mecanismos utilizados para financiar despesas administrativas e previdenciárias.

38. Fundo Administrativo: fundo destinado à cobertura de despesas administrativas e eventuais insuficiências.

39. Fundo de Cobertura de Risco: fundo previdencial destinado a cobrir eventos como invalidez ou morte.

40. Fundo de Investimento: ativo administrado pela Entidade, que será administrado de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, através da política de investimentos ou outro normativo.

41. Fundo Previdencial: reserva constituída para finalidades específicas, como revisão de plano ou distribuição de superávit.

42. Fundo de Revisão do Plano: fundo constituído com recursos da Reserva Especial para revisão do Plano ou distribuição de superávit.



43. Grupo de Custeio: conjunto de Participantes e Assistidos vinculados a regras específicas de financiamento e responsabilidade pelo custeio.

44. Hipóteses Atuariais: premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nos cálculos atuariais.

45. IBrX-50: Índice Brasil 50. Ele é um dos índices da Bolsa de Valores Brasileira que mede o desempenho das 50 ações mais negociadas.

46. IMA-B 5: índice que reflete o desempenho das NTN-Bs com prazo de até cinco anos.

47. IMA-B 5+: índice que reflete o desempenho das NTN-Bs com prazo superior a cinco anos.

48. Inteligência Artificial (IA): tecnologia que permite a sistemas computacionais executar tarefas que exigem aprendizado, reconhecimento de padrões e tomada de decisão.

49. IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo): principal indicador oficial de inflação no Brasil, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

50. IRF-M: índice da ANBIMA que mede o desempenho de títulos públicos prefixados – LTNs e NTN-Fs.

51. IRF-M 1+: subíndice do IRF-M que acompanha títulos públicos prefixados com prazo superior a um ano.

52. Marcação a mercado: metodologia que atualiza diariamente o valor de um ativo conforme seu preço de negociação no mercado.

53. Massa de Participantes: conjunto de Participantes e Assistidos vinculados a determinado Plano.

54. Meta atuarial: rentabilidade mínima necessária para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, de forma a garantir o resultado necessário ao pagamento dos benefícios dos Participantes.

55. Método Financeiro (ou Método Atuarial): técnica utilizada para determinar contribuições e provisões necessárias ao custeio dos benefícios.

56. Notas Explicativas: são complementos às Demonstrações Contábeis, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa ou entidade.

57. NTN-B (Nota do Tesouro Nacional – Série B): título público federal indexado ao IPCA, que paga juros reais acrescidos da variação da inflação.



58. Parecer Atuarial: documento elaborado por atuário responsável, no qual este certifica o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios em determinada data, apresenta seus comentários técnicos, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do Plano.

59. Participante: pessoa física que adere ao Plano de Benefícios administrado por uma EFPC.

60. Patrimônio de Cobertura: parcela do patrimônio efetivamente destinada à cobertura das provisões matemáticas do Plano.

61. Patrocinador: empresa ou grupo de empresas que institui Plano de Previdência Complementar para seus empregados, por intermédio de uma EFPC.

62. Passivo Atuarial: total das obrigações do Plano, composto pelas provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder.

63. PDV (Programa de Demissão Voluntária): programa oferecido por empresas que permite que os funcionários optem por deixar seus empregos voluntariamente, muitas vezes recebendo uma compensação financeira ou benefícios adicionais.

64. Pecúlio: benefício pago em parcela única, geralmente em caso de morte.

65. Pensão por Morte: benefício pago aos dependentes do Participante ou Assistido falecido.

66. Plano de Custeio: documento que define as contribuições necessárias para financiar benefícios e despesas.

67. Plano Maduro: Plano previdenciário em que a maioria dos Participantes já está em fase de recebimento de benefícios.

68. Política de Investimentos: documento de periodicidade anual que estabelece diretrizes, limites e estratégias para aplicação dos recursos do Plano.

69. Portabilidade: transferência dos recursos acumulados para outro Plano previdenciário.

70. PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar): órgão federal responsável pela supervisão das EFPC.

71. Provisões Matemáticas: valor presente das obrigações futuras do Plano com Participantes e Assistidos.

72. Recursos Garantidores: ativos financeiros destinados a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários.

73. Regime Financeiro: modelo adotado para custeio dos benefícios, como capitalização ou repartição.



74. Repartição de Capitais de Cobertura: regime em que são formadas reservas específicas para cobrir integralmente determinados benefícios.

75. Repartição Simples: regime em que as contribuições arrecadadas no período são utilizadas para pagar os benefícios do mesmo período.

76. Reserva de Contingência: reserva para garantia de benefícios, correspondente ao resultado superavitário do Plano ao final do exercício, constituída após o atendimento das exigências regulamentares do Plano, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Provisões Matemáticas.

77. Reserva Matemática: valor presente das obrigações futuras do Plano com seus Participantes e Assistidos.

78. Reserva Especial: reserva para revisão do Plano de Benefício, sendo constituída com os valores excedentes da Reserva de Contingência.

79. Resolução CMN nº 4.994/2022: norma que estabelece diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC.

80. Resolução CNPC nº 43/2021: norma que dispõe sobre critérios de precificação e registro contábil de títulos e valores mobiliários pelas EFPC.

81. Resolução CNPC nº 61/2024: norma que permite a classificação de títulos de

acordo com o perfil das carteiras, contribuindo para adequação da volatilidade.

82. Resolução CNPC nº 62/2024: norma que define regras para o PGA, incluindo custeio, gestão do fundo administrativo, orçamento, indicadores e transparência.

83. Resolução MPS/CGPC nº 7/2003: norma que dispõe sobre a elaboração e revisão das Políticas de Investimentos.

84. Resolução PREVIC nº 23/2023: norma que complementa as diretrizes regulatórias aplicáveis às EFPC.

85. Reversão de Valores: devolução de recursos ao Patrocinador ou ao Plano após compensações regulamentares.

86. Renda Fixa: segmento de investimento em que as regras de remuneração são definidas no momento da aplicação.

87. Renda Mensal Vitalícia (RMV): benefício pago mensalmente ao Assistido durante toda a sua vida.

88. Renda Variável: segmento de investimento cuja rentabilidade varia conforme as condições de mercado.

89. Rentabilidade: variação percentual positiva ou negativa obtida por um investimento em determinado período.

90. Risco Atuarial: risco de desequilíbrio do Plano decorrente da adoção de premissas que não se confirmem ao longo do tempo.



91. Rotatividade: taxa estimada de desligamento de Participantes antes da concessão do benefício.

92. Segurado: termo utilizado para designar o Participante ou Assistido coberto pelo Plano.

93. Sinistro: ocorrência de evento coberto pelo Plano que gera obrigação de pagamento de benefício.

94. Solvência Atuarial: capacidade do Plano de cumprir integralmente suas obrigações futuras com base nos recursos disponíveis e nas premissas adotadas.

95. Superávit: resultado positivo apurado quando o patrimônio do Plano é superior às Provisões Matemáticas.

96. Taxa de câmbio (Dólar Ptax): taxa de referência do dólar calculada pelo Banco Central com base em cotações de mercado.

97. Taxa de Juros Técnicos: taxa anual utilizada nos cálculos atuariais para trazer a valor presente os pagamentos futuros de benefícios.

98. Taxa Real de Juros: taxa de retorno descontada a inflação.

99. Tábua de Mortalidade Geral: também conhecida como Tábua de Vida, Atuarial ou Biométrica. É uma tabela utilizada para estimar a expectativa de vida de determinado grupo de pessoas para o cálculo de valores de benefícios, como

planos de previdência e seguros de vida. O cálculo é baseado a partir da análise demográfica de um conjunto de fatores, como: sexo, idade, profissão etc.

100. Taxa de Administração: percentual cobrado para custeio administrativo.

101. Taxa de Adesão: percentual de empregados elegíveis que aderiram ao Plano.

102. Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre contribuições destinado ao custeio administrativo.

103. Taxa Selic: taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Banco Central. Seu nome vem da sigla Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Serve como referência para outras taxas de juros, como as de empréstimos, financiamentos e investimentos, sendo o principal instrumento de política monetária do País para o controle da inflação.



ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

Telefone: (21) 2277.1999

Contato: www.previrb.com.br/fale-conosco

Site: www.previrb.com.br

Linkedin: [company/previrb](https://www.linkedin.com/company/previrb)

Funcionamento de segunda à sexta,
das 9h às 17h

CNPJ: 29.959.574/0001-73
Av. Marechal Câmara 160 Salas 1633/1634
Centro - Rio de Janeiro / RJ CEP: 20020-080

Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB